

# 2012

## Relatório de Gestão



MONTEMOR | O | NOVO câmara municipal

# Município de Montemor-o-Novo

## Relatório de Gestão de 2012

Prestação de Contas de 2012

**MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO**

Abril de 2013

# 1. INTRODUÇÃO

A **Prestação de Contas de 2012** integrada por este **Relatório de Gestão** e pela **Conta de Gestão**, corresponde ao terceiro ano civil do presente mandato (2009-2013).

A **Prestação de Contas** é a principal documentação política e técnica que sintetiza e descreve a atividade desenvolvida pelo Município de Montemor-o-Novo em 2012. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o **Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL)**, somos a apresentar o **Relatório de Gestão do ano de 2012**.

O **Relatório de Gestão**, enquanto balanço da atividade municipal, é um documento de enquadramento político da atividade desenvolvida. Contudo, e sobretudo a **Conta de Gerência**, tem características técnicas evidentes, próprias e, algumas, legalmente determinadas que devem ser tidas em conta de forma a evitar leituras, análises e avaliações erróneas do que agora é apresentado.

Ao longo deste documento, permitir-nos-emos chamar a atenção para algumas questões técnicas que condicionam a análise quer quantitativa quer qualitativa. Logo, que condicionam, por vezes de forma determinante, a própria análise política.

Não entendemos, portanto, o Relatório de Gestão como uma mera peça técnica, económico-financeira, sentido em que aponta o POCAL. O Relatório de Gestão, que reputamos de essencial, deve ter um cariz de enquadramento político ao qual se submete e integra a componente técnica. Aliás, esta ainda apresenta, e apresentará, consideráveis deficiências pelo que os dados quantitativos devem merecer uma muito prudente e avisada leitura.

A **Prestação de Contas de 2012** inclui designadamente:

- Este **Relatório de Gestão**;
- O **Relatório de Atividades (RA)** que, não sendo obrigatório legalmente, dá maior transparência e uma visão mais abrangente da atividade municipal quanto às ações materializadas e não incluídas na Execução do PPI;



- A **Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI)** que traduz, tão-somente, a execução financeira no ano em causa;
- Os **Mapas de Execução Orçamental** (fluxos financeiros) com a **Conta de Execução Orçamental** e outros mapas anexos de apoio como o **Resumo das Receitas e Despesas Orçamentais** e o **Resumo das Despesas segundo a Classificação Económico /Orgânica** e ainda os **Mapas de Fluxos de Caixa** e de **Contas de Ordem**;
- O **Mapa de Operações de Tesouraria**;
- O **Mapa de Empréstimos** que demonstra a evolução dos empréstimos bancários ao longo do ano;
- O **Balanço** e a **Demonstração de Resultados** (que, por lei, obriga à identificação dos *resultados líquidos do exercício!*), instrumentos contabilísticos que consideramos prematuros e desajustados da realidade dos Municípios.

**Quanto ao enquadramento político**, haverá a realçar as seguintes questões.

Este Relatório corresponde ao terceiro ano civil do atual mandato (2009-2013) em que a população do concelho entendeu, através do voto, reforçar a confiança na CDU para dirigir os destinos do Município.

Em 2012, agravou-se muito significativamente a **crise geral do capitalismo, com particular relevo para a crise do Euro e da chamada dívida soberana no seio da União Europeia**, para a qual não se apresentam soluções que não sejam o aprofundamento das mesmas políticas que nos conduziram até esta situação. Portugal, já a sofrer uma crise global decorrente das políticas neoliberais nacionais e da UE, mostrou a fragilidade estrutural para que tem vindo a ser atirado há décadas por estas políticas.

O OE/2012, aprovado por PSD e CDS com a abstenção do PS foi o mais recessivo, conservador e anti-social desde a revolução libertadora de Abril. Este OE impôs, na continuação da aplicação do Memorando de Entendimento medidas draconianas de empobrecimento geral dos cidadãos e das instituições, cortes nos salários, pensões e reformas, confiscação dos subsídios de férias e de Natal de funcionários públicos, aumento de impostos, cortes e reduções nas prestações e apoios sociais, redução nas participações de medicamentos, reduções significativas nas áreas sociais, na educação e na saúde, cortes nas verbas das autarquias locais, restrições à contratação e gestão de pessoal.

Estas medidas levaram Portugal a atingir indicadores económicos e sociais com novos níveis historicamente negativos, com particular destaque para o **desemprego**, o **déficé externo**, a **quebra da atividade económica afetando as pequenas e médias empresas e negócios**, a regressão económica e social generalizada. Em contrapartida, os grandes grupos económicos, com destaque para o sector financeiro, continuaram a acumular favores e lucros imorais.

Continuou, em 2012, atingindo níveis nunca vistos após a Revolução de Abril de 1974, o **agravamento generalizado da situação social e económica no concelho**, em

consequência das opções políticas nacionais e da União Europeia, agora intensificadas pelo programa recessivo e antissocial imposto pelos subscritores do *Memorando de Entendimento*, com expressão no Orçamento de Estado para 2012.

Em 2012, o Governo prosseguiu a **política de recentralização estatal incluindo, como peça fundamental, uma regressão da autonomia política e económica justamente conquistada pelos Municípios Portugueses** aquando do processo de democratização do País.

Se dúvidas subsistissem, o Orçamento de Estado para 2012 pôs a nu as reais motivações, conteúdos e objetivos que o chamado "Livro Verde" dissimula em referências como "ganhos de escala", "coesão territorial", "sustentabilidade financeira", "racionalização e eficiência".

Um Orçamento de Estado que procurou transformar as autarquias em meras dependências do poder central, administradas e reguladas em matérias decisivas (como as financeiras, orçamentais e de pessoal) a partir não das decisões dos eleitos com legitimidade para o fazer, mas sim de atos discricionários de membros do Governo.

Um Orçamento de Estado que retirou mais 120 milhões de euros aos valores transferidos face a 2011, a que as autarquias tinham direito por lei e cuja aplicação associada a legislação sobre "compromissos assumidos e não pagos" em rigor, pode significar a absoluta impossibilidade de gestão financeira e orçamental de inúmeras autarquias.

Além de representar uma inaceitável ingerência na autonomia administrativa e financeira do Poder Local Democrático, a Lei dos Compromissos (em vigor desde Fevereiro de 2012) criou inúmeros problemas no quotidiano do município, que se traduziu em sérias dificuldades ao nível da gestão, condicionando negativamente a capacidade de atuação e de resposta.

Juntamente com a lei de extinção de freguesias, com o novo estatuto do pessoal dirigente da administração local, com a lei das finanças locais, com o denominado programa de apoio à economia local, com o novo regime jurídico das autarquias locais e o estatuto das entidades intermunicipais, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso representa uma brutal ofensiva contra o Poder Local Democrático, que rejeitamos veementemente!

2012 foi também o ano da concretização, pelo governo da chamada reorganização territorial autárquica, que na prática se resumiu à extinção de freguesias. A aprovação da Lei, no final do ano e a sua aplicação, que a não ser interrompido este processo terá reflexos em 2013 e na preparação das próximas eleições autárquicas, implica a extinção de 5 freguesias (Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo, Silveiras, Lavre e Cortiçadas de Lavre) e a criação de 2 novas unidades territoriais ("Agregação das freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras" e "Agregação das freguesias de Lavre e Cortiçadas de Lavre") e traduz-se num afastamento entre eleitos e eleitores, dificultando não só a resolução dos problemas locais, como também a defesa e representação dos interesses da população.

A decisão de agregação de freguesias, na prática a sua extinção, desprezou, desrespeitou e desvalorizou a vontade das populações e dos seus órgãos representativos ao não considerar a posição tomada, em devido tempo e em vários momentos, pela população e por todos os órgãos autárquicos do Concelho, constituindo um atropelo à legitimidade democrática dos órgãos eleitos.

Porque se persiste neste processo, reiteramos a absoluta discordância com a extinção de freguesias que não serve as populações, reforçando o apoio e a solidariedade para com as ações que as Juntas de Freguesia, os trabalhadores das autarquias e as populações entenderem realizar.

Em 2012, a acentuação da aplicação das medidas **de reduções e restrições à gestão dos Municípios** que condicionaram e penalizaram fortemente toda a atividade municipal, confirmou a impossibilidade de cumprimento dos programas eleitorais baseados nos recursos legais previstos à data.

Após os cortes do OE/201, o OE/2012 impôs ao nosso Município uma redução financeira de cerca de € 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros).

Em 2012, mantiveram-se as nossas preocupações e avisos sobre a gestão do QREN (2007-2013) ou seja o modelo governamentalizado, centralizado e burocratizado continuou a induzir um baixo grau de aplicação. O aumento das participações aos Municípios (até 80% nalguns casos), negociado entre a ANMP e o Governo, foi penalizado pelas exigências burocráticas que excluem boa parte dos projetos e até das intenções municipais, reforçada pela cada vez maior dificuldade em assegurar as contrapartidas nacionais.

A **Parceria Pública Estado / Autarquias**, em que participamos e que criou um sistema público supramunicipal de abastecimento de água e tratamento de efluentes domésticos, está a ser concretizada, mas muito mais lentamente do que o previsto, decorreram no final do ano reuniões de análise do funcionamento da parceria. Incompreensivelmente, continua por aprovar a candidatura que garante o financiamento do Fundo de Coesão da UE.

**Em 2012, e apesar do agravamento das já difíceis condicionantes colocadas à atividade municipal, mantivemos a estabilidade económico-financeira do Município, garantimos um investimento considerável e assegurámos um elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados.**

Destaca-se a conclusão dos seguintes **investimentos**:

- **A requalificação do Pavilhão do Parque de Exposições Municipais;**
- **A conclusão dos arranjos exteriores na CHE;**
- **A conclusão do Jardim no Loteamento Municipal em Santiago do Escoural (1ª fase);**

- **A intervenção de consolidação da Igreja de S. Francisco, no âmbito do projeto de recuperação do Convento de S. Francisco;**
- **A intervenção de reforço estrutural do Cine-Teatro Curvo Semedo;**
- **Plano de sinalética informativa comercial, no âmbito do Programa Montemor Pedra a Pedra.**

## 2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO CONCELHO

---

### 2.1. Crise Geral e Políticas Nacionais

Em 2012, agravou-se a crise geral do capitalismo, com particular relevo para o espaço da União Europeia. Acentuaram-se os principais traços caracterizadores que já antes identificáramos.

Em Portugal, 2012 foi o ano em que continuou a destruição do aparelho produtivo, a imposição de novas e mais profundas medidas de austeridade cuja consequência mais direta foi a redução do PIB. O acordo assinado entre o FMI, BCE e UE e 3 partidos políticos portugueses (PS, PSD e CDS-PP), revelou-se aquilo que verdadeiramente é, com graves consequências para os portugueses traduzindo-se num agravamento brutal da carga fiscal, na dificuldade de acesso ao crédito, na degradação e destruição dos serviços públicos, no aumento do custo de vida e de bens e serviços essenciais.

No concelho, a generalidade das famílias e das empresas montemorenses, com incidência nos trabalhadores e nos jovens, continuaram a sentir a quebra dos seus rendimentos, do seu poder de compra, o aumento a insegurança e da falta de perspetivas de futuro.

A contínua degradação da situação económica e social no concelho, ao longo do ano, foi uma realidade visível e profundamente sentida. Apesar de Montemor mostrar uma resistência à crise assinalável, como registam alguns dos indicadores económicos e sociais, aproximamo-nos de limites sociais de rutura que os sucessivos cortes nos salários e noutras prestações sociais e serviços públicos estão a precipitar.

Os problemas estruturais e de âmbito nacional ou comunitário, não podem ser resolvidos – como alguns demagogicamente reclamam localmente – por políticas municipais quaisquer que sejam, ainda que pontual ou conjunturalmente possam ser atenuáveis pela ação do Município e/ou de dinâmicas locais. Não remetemos todas as responsabilidades para o Poder Central e para a União Europeia mas confirmou-se a justeza de não aceitar o branqueamento das políticas governamentais e europeias cujas consequências negativas para a maioria da população do Concelho e para o desenvolvimento do Concelho são notórias. Estudámos os problemas do Concelho, analisámos os impactos das políticas governamentais, elaborámos propostas fundamentadas. Assumimos a saudável e não acomodada política de lançar e apoiar ações de denúncia e de reivindicação ao mesmo tempo que apresentámos ações de proposta, ações de iniciativa, ações de parceria na busca de respostas positivas aos problemas das populações do nosso Concelho.



## 2.2. Principais Problemas e Consequências

Continuou, em 2012, o agravamento da situação social e económica no Concelho que é a mais grave desde a Revolução de Abril de 1974. Atinge, particularmente, as pessoas de menores recursos e socialmente mais vulneráveis mas continuou a alastrar pela classe média. As pequenas empresas e negócios, que constituem a quase totalidade do nosso tecido económico, viram aumentar as dificuldades, diminuir as encomendas e as vendas, foram obrigadas a colocar mais trabalhadores no desemprego. Têm cada vez menos trabalho, crescem as ameaças de encerramento, algumas encerraram mesmo, sobretudo na área do comércio a retalho e restauração.

O **desemprego** continuou, a nível nacional, a bater níveis históricos registados e, no final de 2012, aproximava-se dos 17,7 % oficiais. No concelho, a evolução negativa do desemprego foi semelhante. Ainda assim, a taxa de desemprego manteve-se abaixo dos níveis médios da Região.

Atingiu níveis mínimos a **oferta de emprego** em geral e, também, a **oferta de 1º emprego** para os jovens. Generalizou-se a **precarização e insegurança no emprego** existente.

As instituições sem fins lucrativos, com peso na dinâmica do Concelho, foram afetadas até na sua viabilidade e é maior a preocupação, em particular no sector social e na possibilidade de serem postos em causa inúmeros postos de trabalho que asseguram.

O **problema do emprego**, sendo uma questão nacional e europeia, é ainda mais grave e preocupante; sem dúvida, o principal problema estrutural que afeta a vida do Concelho. Mas é indissociável da liquidação da atividade produtiva que nos vem sendo imposta.

Desde 2010, alastram situações de **carências alimentares** em crianças em idade escolar e nalgumas famílias. É um problema novo que não se verificava desde a Revolução de Abril de 1974 e cuja tendência está a crescer. O Programa Montemor Solidário (Eixo 2) continuou a assegurar uma resposta eficaz e digna no âmbito do sistema escolar e através da ação social escolar.

Os trabalhadores, os pequenos e médios empresários, os reformados, a classe média, a generalidade da população perdem rendimentos, de forma acentuada, mas uma pequena elite possidente soma riqueza à riqueza. Intensifica-se a tendência de agravamento da **assimétrica, desequilibrada e injusta distribuição do rendimento**, consequência das políticas neoliberais que vêm sendo aplicadas há mais de 3 décadas e que se traduzem em acentuados desequilíbrios sociais que afetam negativamente a maioria dos Montemorenses e são um travão ao nosso desenvolvimento económico.

A maioria dos **reformados, pensionistas e idosos**, mais de 1/3 da população, continuou a perder poder de compra, cada vez mais débil, e teve maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde e já mesmo a alguns bens essenciais.

O **alcoholismo, a desadaptação social e o insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais** são outros problemas sociais que permaneceram a níveis preocupantes e que a atual crise tende a fazer crescer.

Em 2012, o Governo prosseguiu, de forma agravada com a aplicação do Memorando com a *troika*, um programa político, económico e social de empobrecimento do Povo, de diminuição e mesmo de encerramento de serviços públicos essenciais (educação e saúde). Entretanto, a Câmara manteve-se firme na denúncia de tais propósitos, na contestação fundamentada a essas medidas, na disponibilidade de negociação com o Governo e os seus órgãos desconcentrados. E os Montemorenses assumiram, de diversas formas, a luta pela defesa dos seus serviços públicos ameaçados, contra a extinção de freguesias e em defesa do Poder local Democrático e a luta em defesa da qualidade de vida duramente conquistada.

Os responsáveis de saúde continuaram a pressionar e a tentar, pela via da imposição do facto consumado, o encerramento de **serviços públicos de saúde**. Aos encerrados Postos Médicos de S. Brissos, Baldios, Foros do Cortiço, S. Geraldo e Casa Branca, surgiu a notícia de intenção de encerramento do SUB, serviço que apesar de previsto desde 2008, ainda não se encontra em funcionamento!.

E, finalmente, uma referência à **Parceria Pública Estado / Municípios** que criou um Sistema Público Supramunicipal para o abastecimento de água e o tratamento de efluentes no Alentejo, em que se preserva o sistema e a gestão públicas deste sector vital para as nossas populações. Em 2012, foi redefinido o plano global a aplicar no nosso concelho e avançaram-se já projetos e várias reuniões técnicas de preparação.

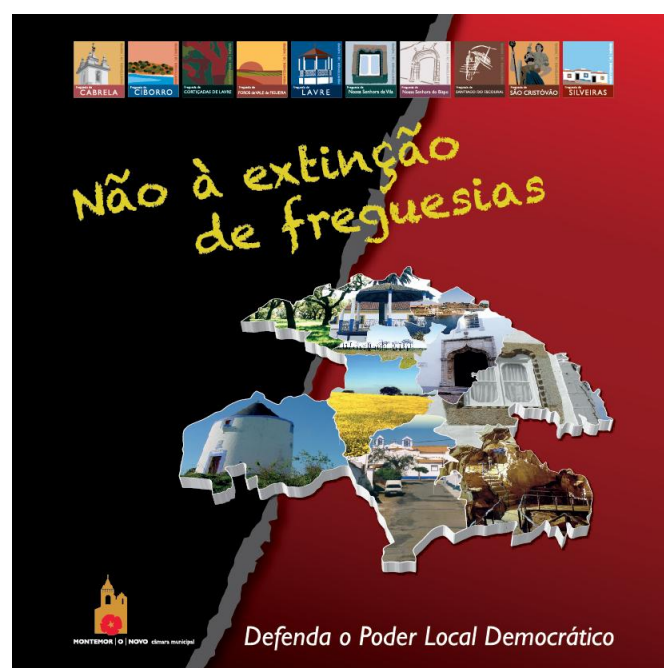
Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder a estes problemas. Convirá, em simultâneo, sublinhar e reafirmar o facto de que Montemor manteve uma atividade económica, social, cultural e política que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar e minimizar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.

## 3. GESTÃO MUNICIPAL EM 2012

### 3.1. Opções Programáticas do Mandato 2009/ 2013

As **Opções Programáticas** para o mandato 2009 / 2013 estão contidas no Programa Eleitoral que a C.D.U. apresentou e foi sufragado maioritariamente pelos Montemorenses. Identificam-se, de seguida, aquelas Opções Programáticas:

1. Promover a democracia participada
2. Inovar Montemor
3. Fomentar a economia e o emprego
4. Qualificar o território
5. Preservar e valorizar o ambiente
6. Promover a cultura, o desporto e o associativismo
7. Apoiar a juventude
8. Qualificar o ensino, promover a educação
9. Promover a justiça social e a saúde pública
10. Assegurar proteção civil e segurança



O OE/2012, no seguimento dos PEC's e do OE/2011 confirmou, não apenas a negativa alteração do quadro legal, mas, sobretudo, a redução estrutural dos recursos económico-financeiros que tinham servido de base à elaboração do Programa Eleitoral. Só em 2012, o nosso Município perdeu € 1.700.000 euros e a perda acumulada para o mandato pode atingir os € 5.300.000 euros.

Confirmou-se, desta forma, a impossibilidade de cumprir os compromissos e a calendarização propostas e a necessidade da reformulação e reprogramação do programa para o mandato adequando-a às restrições exógenas que nos estão a ser impostas e às incertezas e imprevisibilidades do impacto das medidas que estão a ser tomadas.

## 3.2. Executivo Municipal e Pelouros

O Executivo da Câmara Municipal, resultante das **Eleições Autárquicas de Outubro de 2009**, manteve-se em exercício até 30 de novembro de 2012: **4 Eleitos pela CDU, 2 Eleitos pelo PS e 1 Eleita pelo PSD**. Os Eleitos pela CDU, exercendo a tempo inteiro, e a Vereadora eleita pelo PSD mantiveram os pelouros. Os Vereadores eleitos pelo PS não tinham aceiteado pelouros. Com a aprovação da suspensão de mandato do anterior presidente, a **distribuição de pelouros, a partir de 1 de Dezembro de 2012**, passou a ser a seguinte:



- Presidente Hortensia dos Anjos Chegado Menino (CDU): Coordenação Geral, Relações Institucionais, Administração Geral e Financeira, Secretariado, Área Jurídica e Pessoal, Planeamento e Desenvolvimento Económico excluindo Gestão de Infraestruturas Económicas e incluindo ZIA e Mercados e Feiras, Relações Públicas e Comunicação, Segurança
- Vice-Presidente e Vereador João Marques (CDU): Ação Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Documentação
- Vereador António Pinetra (CDU): Obras Municipais, Abastecimento de Água, Saneamento, Serviços de Apoio Operacional, Vigilância
- Vereador João Caldeira (CDU): Relações com Freguesias, Ordenamento do Território e Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos
- Vereadora Maria de Lurdes Vacas de Carvalho (PSD): Proteção Civil, Gestão de Infraestruturas Económicas exceto ZIA e Mercados e Feiras

## 3.3. Atividade Municipal em 2012

A Atividade Municipal em 2012 é, de seguida, exposta sinteticamente e disponibiliza dois documentos de suporte:

- O **Relatório de Atividades (RA)** não incluídas na EAPPI e que legalmente não é obrigatório;
- A **Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI)**.

No que diz respeito ao **RA**, manteve-se a opção de o elaborar procedendo a uma síntese de cada ação. Evita-se uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

No que diz respeito à **EAPPI**, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta as suas características técnicas. De acordo com o POCAL, este documento mostra o efetivamente pago. Ora, registando-se os pagamentos e não as liquidações, o EAPPI mostra as execuções financeiras e não as execuções físicas.

Os códigos, explicitados ao longo deste texto permitem remeter para o RA e/ou para a EAPPI. Os códigos correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Subfunção (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projeto (8 dígitos); Ação (10 dígitos).

### 3.3.01. Promover a Democracia Participada

Sendo princípio e característica política diferenciadora do nosso projeto autárquico, foi concretizada como prioridade a opção programática de *promover a democracia participada* como pilar de uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.



Encontro com população – Freguesia Nossa Sra do Bispo cidade de Montemor

Avançámos com os programas e ações de auscultação e promoção da participação cívica na gestão municipal quer ao nível dos trabalhadores do Município quer das instituições locais quer das populações. Em termos gerais, o trabalho proposto foi *concretizado*.

Sem abdicar dos princípios, procurámos os consensos possíveis, desde que não reduzamos a democraticidade interna, também para manter um bom ambiente de funcionamento e participação democráticas no âmbito do Executivo Municipal.

Vivemos uma época de preocupante e, agora assumido, empobrecimento democrático, de desvalorização da participação cívica, de descredibilização da política e dos órgãos institucionais democráticos, de apelos e iniciativas legislativas redutoras da democraticidade do sistema político oriundo da Revolução de Abril. Neste âmbito, o destaque, pela negativa, vai para a concretização pelo **Governo de, a pretexto de**

**uma desnecessária reorganização administrativa, aprofundar a contrarreforma para liquidação do Poder Local Democrático**, apresentada em 2011.

Esta opção programática (código 01) concretizou-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: **participação popular nos processos de tomada de decisão** (código 01.01.), **aprofundamento da democracia política** (código 01.02.), **fomento da dinâmica popular** (código 01.03.), **reivindicações ao Poder Central** (código 01.04.) e **participações institucionais** (código 01.06.).

### 3.3.01.01. Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Neste âmbito, concretizámos dois programas.

O **Programa de auscultação não institucional** (RA-01.01.01.) onde se asseguraram diversas ações como **encontros e atendimentos à população, plenários e reuniões diversas**.

Atendimento Cortiçadas de Lavre



O **Programa de estruturas consultivas locais de participação** (RA-01.01.02.) garantiu o funcionamento das estruturas cuja contribuição consideramos da maior importância. O Conselho Cinegético não foi recomposto por dificuldades que resultam, como já se notou, de o Governo lhe ter retirado a sua intervenção fundamental. O funcionamento da Rede Social reforçou a sua importância como espaço fundamental de debate e proposta de respostas aos crescentes problemas sociais do concelho.

### 3.3.01.02. Aprofundamento da Democracia Política

Cumprimos os seguintes programas:

No **Programa de aperfeiçoamento do Poder Local** (RA-01.02.01.) continuamos a denunciar a **contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático** que consta do chamado "Livro Verde" apresentado pelo Governo em Setembro de 2011.

Este ano ficou marcado pelo prosseguimento do processo de extinção de freguesias, imposto pelo Governo, que em total desrespeito pela vontade das populações e com a posição contrária de todos os órgãos autárquicos, propôs e aprovou a extinção de 5 freguesias no concelho e a criação de duas novas entidades territoriais.

Mobilizámos e mobilizaremos as populações em defesa das suas Freguesias e do Poder Local Democrático.



Manifestação em defesa das freguesias

Assumimos, como necessidade imperiosa face à ofensiva neoliberal e conservadora, continuar a **defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações** e a **denúncia dos ataques à autonomia e ao próprio Poder Local**, com relevo para os brutais cortes de verbas e recursos, limitações à gestão e imposição de leis de regressão social com relevo para a precarização dos vínculos dos funcionários públicos bem como os inaceitáveis cortes salariais, limitações à contratação de pessoal.

No **Programa de defesa da regionalização** (RA-01.02.02.) continuámos a defender a institucionalização das Regiões Administrativas, cumprindo a vontade expressa pelo voto dos Montemorenses, pela democratização do poder regional, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional, institucionalizando, conforme preceito constitucional e necessidade para o desenvolvimento, as regiões administrativas.



Assinatura de Protocolos de Descentralização com as Freguesias

No **Programa de descentralização local** (RA-EAPPI-01.02.03.) onde, apesar das restrições económico-financeiras que nos foram impostas, mantivemos a significativa descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia, nomeadamente através do **Protocolo de Descentralização de Competências e Meios** e do

**Protocolo de Cooperação Câmara / Juntas de Freguesia e outras ações de cooperação** (onde a colaboração institucional e a descentralização de meios apoia a autonomia e competências próprias das Freguesias).

No **Programa para o associativismo intermunicipal** (RA-01.02.04.) participámos ativamente na **CIMAC**, herdeira da AMDE, e na generalidade dos programas promovidos por aquela Associação, nomeadamente, no âmbito da **subvenção global contratualizada** do QREN.

Na área do turismo, e mantendo as críticas ao processo de liquidação da Região de Turismo de Évora, estrutura associativa intermunicipal, integrámos a Turismo do Alentejo, ERT, ainda que mantendo uma voz autónoma e em defesa do desenvolvimento turístico do Concelho e da Região.



20 Anos LIFE - CMMN, Representantes do programa LIFE em Portugal e promotores e parceiros de projetos financiados pelo LIFE

Participámos em várias **redes informais ou formais de associativismo**, como a rede **"Corredor Azul"** (acesso à Europa com base no eixo da A6 e da porta atlântica de Sines) ou a **"Rede de Economias Criativas"** (para a criatividade e a inovação e que inclui municípios de várias regiões do país), integrando projetos comuns que, pugnámos, devem ir além da obtenção de verbas comunitárias.

Foi dado seguimento ao processo que levará à extinção da AMAMB.

Participámos ativamente no Conselho Geral da GESAMB, EIM, empresa que tem demonstrado a sua capacidade para garantir, no sector público local, a recolha de resíduos para reciclagem e o tratamento dos RSUs no nosso distrito.

### 3.3.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

O **fomento da dinâmica popular** (RA-01.03.) é uma orientação estratégica central da política municipal. Procurámos concretizar esta opção fundamental em duas áreas distintas e complementares: a **participação da população no Poder Local**, incentivando formas várias de participação popular e o apoio à **dinamização do movimento associativo**.



Assinatura de protocolo com o Girassol

Este está gravemente afetado pela política de redução de apoios da administração central, razão porque procurámos, em geral, manter os nossos apoios, aumentando mesmo os da área social. Mantivemos diversas **formas de parceria e participação** (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos).

### 3.3.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A par da permanente disponibilidade para o diálogo, colaboração e negociação institucional, a Câmara assumiu igualmente, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses coletivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Esta postura, aliada à luta popular desencadeada em anos anteriores, tem obtido resultados que valorizamos:

- Não foram **encerradas escolas do ensino básico**;
- Ainda que registando atrasos e o incompreensível adiamento da aprovação da candidatura, foram feitos importantes avanços na concretização da **Parceria Pública Estado / Municípios e do Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento** (em alta), parceria esta que salvaguarda o carácter público do sistema e garante o investimento necessário.



Em simultâneo com o diálogo, as propostas e a colaboração com os Governos, não nos inibimos de exigir, porque justo e necessário a melhores condições de vida das populações, a **reabertura dos Postos Médicos encerrados nas**

Posto médico de S. Geraldo:  
equipado e encerrado



**freguesias** nomeadamente em S. Geraldo, Fazendas do Cortiço, S. Brissos, Baldios e Casa Branca. No caso de S. Geraldo (e do Cortiço), mantém-se uma ridícula e absurda teimosia insustentável: o médico passa a meia dúzia de metros do Posto Médico encerrado com boas instalações e bem equipado e segue para o Ciborro, a 6 kms de distância, com a população atrás do médico para consulta no Ciborro!

Continuámos a denúncia e a luta em defesa da autonomia do Poder Local Democrático, contra as medidas centralistas de penalização das Autarquias Locais, perseguidas pelo anterior Governo, assumimos a luta contra a extinção de Freguesias e em defesa do Poder Local Democrático.

Batemo-nos pela necessidade de **novas políticas nacionais de desenvolvimento regional** (RA-01.04.01.) e pela concretização de **projetos concelhios** (RA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É o caso exemplar e incompreensível do **não avanço da elaboração do plano de ordenamento da Barragem dos Minutos**, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, o que pode pôr em causa a qualidade da água para futuro abastecimento público.

### 3.3.01.06. Participações Institucionais

Assegurámos importantes **participações institucionais** (RA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional). Releva-se a diversificada participação da Câmara em várias Redes (só com Municípios ou com outras instituições) de que se destaca a **Rede Corredor Azul** e a **Rede de Economias Criativas**, no âmbito da promoção do território e da criatividade. E ainda a participação na CIMAC (em termos regionais), na ANMP (em termos nacionais) e no Comité das Regiões da UE (em termos internacionais).

### 3.3.02. Inovar Montemor

Agravaram-se as dificuldades de implementação do Programa para a Inovação, particularmente sentidas em períodos de recessão económica, cortes e restrições orçamentais. Adaptámos em baixa as nossas expectativas e centrámos na Câmara este programa ainda que não perdendo de vista as possibilidades de o alargar a outras entidades.

Esta opção programática (código 02) concretiza-se em duas sub-funções: **modernizar a Câmara, melhorar o serviço público** (código 02.01.) e **fomentar a inovação** (código 02.02.).

#### 3.3.02.01. Modernizar a Câmara, Melhorar o Serviço Público

Garantimos a continuidade da modernização e inovação na Câmara conforme se descreve de seguida.



O **Programa para Organização dos Serviços** (RA-02.01.01.) continuou a adaptação do funcionamento da Câmara para melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade.

Por imposição legal, proveniente da chamada lei dos dirigentes da administração local, aprovámos uma alteração na **organização de serviços**, que prevê a redução do número de divisões e de chefias de divisão, cuja entrada em vigor será feita de forma faseada e gradual. Estas alterações, porque impostas, não corresponderam nem às necessidades nem à vontade do Município. Esta lei cujo objetivo é desarticular a capacidade de direção e de prestação de serviço público, retira capacidade organizativa e cria dificuldades.

No **Programa para o Pessoal** (RA-02.01.02.) continuámos o investimento na



Reunião com trabalhadores

**melhoria das condições de trabalho**, apesar das dificuldades económico-financeiras; **a formação** prosseguiu quer com o funcionamento do Plano Anual de Formação com a CIMAC, quer no apoio à aquisição de novas competências por dezenas de trabalhadores, quer com a conclusão do curso de altos dirigentes para **chefes de divisão; e a participação dos trabalhadores** na organização e na atividade da

Câmara.

A aplicação do novo SIADAP 1,2,3 – que aumentou a confusão e a pesada burocracia da avaliação e que confirma as duras críticas que lhe fazemos nomeadamente pelos níveis de injustiça, conflitualidade, afetação de carreiras e remunerações e desmotivação, entre outras, que impõe! – não foi fácil mas, em geral, foi conseguido, tendo-se procurado minimizar os constrangimentos intrínsecos e as profundas desadequações face à realidade.

Em 2012, e limitados pela quase impossibilidade de abrir **concursos de admissão de pessoal**, prosseguimos, nos casos justificados, a substituição de postos de trabalho a tempo determinado por postos de trabalho permanentes, o que permitiu emprego mais seguro a vários trabalhadores. Não aplicámos a “opção gestionária” porque a legislação de congelamento (e corte) de salários e direitos dos trabalhadores não o permitiu.

Regista-se o excelente relacionamento com **Comissão Sindical** bem como com o **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL)**, baseado no respeito e autonomia mútuas. O diálogo e a negociação, as convergências e as divergências, permitiram assegurar a resolução de várias questões e reivindicações dos trabalhadores.

O **integral respeito pelos direitos dos trabalhadores** é orientação política de fundo que prosseguimos e reafirmámos quando está em marcha o maior ataque, em democracia, aos direitos laborais.

O **Programa de Modernização das Instalações Municipais** (RA-EAPPI-02.01.03.) não registou grandes investimentos. Foi concluído o projeto das instalações municipais na ex-EPAC, cujos constrangimentos financeiros impediram de concretizar de imediato.

O **Programa de Modernização de Equipamentos** (RA-EAPPI-02.01.04) assegurou uma continuada atualização dos equipamentos apesar das fortes limitações orçamentais face às reais necessidades.

O **Programa de Valorização do Município** (RA-EAPPI-02.01.05.) centrou-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho e na comunicação ainda que com restrições orçamentais.

O **Programa de Documentação** (RA-EAPPI-02.01.06.) registou o trabalho de reforço e modernização de um conjunto de bases de dados sobre a atividade municipal.

### 3.3.02.02. Fomentar a Inovação

Esta é uma atividade que se ressentiu muito da crise. Ainda assim, procurámos oportunidades em diversas áreas mas continuámos a centrar a nossa ação nas parcerias intermunicipais.

No **Programa para as Novas Tecnologias** (RA-EAPPI-02.02.02.) destaca-se o funcionamento do **Évora Distrito Digital (EDD)**, o projeto da **Rede Comunitária do Distrito de Évora** e ainda outras áreas que não só as tecnologias da informação.

A Rede Comunitária do Distrito de Évora (comunicações em fibra ótica) está a colocar o distrito na vanguarda do uso das tecnologias da informação e a criar um importante fator de competitividade empresarial e institucional. O projeto assenta em duas vertentes. A primeira é possibilitar a interligação de todas as sedes de concelho e é denominada **Rede Comunitária Nível 1**. A segunda, **Rede Comunitária Nível 2**, visa implementar redes empresariais nos Parques Empresariais/Industriais dos 14 Municípios potenciando o desenvolvimento e o acesso a serviços comuns. As duas redes complementam-se e permitem a sustentabilidade do projeto.

O CAME terá como uma das mais-valias a utilização desta tecnologia.

O **Programa da Carta Estratégica** (RA-02.02.03.) tem sido afetado pela crise com o recuo de projetos de iniciativa ou índole privada mas registámos alguns avanços na preparação da concretização dos programas e ações propostas, nomeadamente na área da Ação Social, formação profissional e instalação de matadouro municipal.

Agravaram-se as dificuldades previstas no **Programa de Apoio à Inovação** (RA-02.02.04.) em consequência da crise. Ainda assim, registou-se algum avanço em **projetos inovadores** como a construção do **Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (CAME)** na Zona Industrial da Adua, contrariando a tendência da política nacional de inexistência de investimentos e apoios à atividade económica.



Catálogo de Produtos Locais on-line

### 3.3.03. Fomentar a Economia e o Emprego

O desenvolvimento económico e o emprego constituem, no contexto que acima descrevemos, uma prioridade estratégica permanente. Em 2012, o aprofundamento da crise nacional ampliada pela crise global do capitalismo, fez retrair e adiar intenções de investimento.

Esta prioridade estratégica (código 03) apostou no **planeamento estratégico** (código 03.01.) e na **diversificação, expansão e dinamização da base económica** (código 03.02.).

#### 3.3.03.01. Planeamento Estratégico

No **Programa de Instrumentos de Intervenção Estratégica** (RA-EAPPI-03.01.01.) destaca-se a aprovação do plano de ação concelhio da agenda 21 Local que reflete os contributos dos cidadãos, agentes económicos e instituições participantes de forma ativa e empenhada. Da implementação da Agenda 21 Local, referimos pela sua importância a criação e o **lançamento do Portal Morinvest**, resultado de sugestão apresentada por cidadãos e instituições, é uma ferramenta em suporte digital com o objetivo de promover as empresas do concelho e os seus produtos, disponibilizar informações para empreendedores e investidores, divulgar casos de sucesso, promover a criação de redes e a cooperação. O portal aloja também o **catálogo on-line de produtos locais**, de adesão voluntária e que permite de forma simples e gratuita a divulgação dos produtos produzidos no concelho, dando resposta também a sugestões e ideias apresentadas no decorrer do processo da Agenda 21 Local.



Portal Morinvest



Agenda 21 – reunião com Cidadãos e Associações

#### 3.3.03.02. Diversificar, Expandir e Dinamizar a Base Económica

O **diversificação, expansão e dinamização da base económica**, pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento local, foi dificultada pela crise que continuou a atingir pesadamente, sobretudo as pequenas e médias empresas. Registaram-se várias falências e encerramentos com perdas de postos de trabalho e de dinâmica económica.

O agravamento da carga fiscal, a dificuldade de acesso ao crédito, num quadro atual de crise, impediram a concretização de novos investimentos.



Zona Industrial da ADUA



Construção do Centro de Acolhimento à Micro e PME's

O **Programa de Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento** (RA-EAPPI-03.02.01.) avançou com o início obra de construção do **Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, a instalar na ZIA. Foi elaborado o **estudo prévio do recinto e feita a obra de requalificação do Pavilhão do Parque de Exposições Municipal**.

A expansão das infraestruturas na ZIA esteve condicionada pelas exigências da Declaração Impacte Ambiental e os elevados custos associados.

O **Programa de Promoção da Economia do Concelho** (RA-03.02.02.) promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho. Apesar da crise, fizemos novos contactos com potenciais investidores. Realce também para o **9º Festival de Sopas** e para a **9ª Feira do Pão e da Doçaria**, certames de significativa promoção e atratividade ao concelho. No âmbito do aproveitamento das potencialidades do concelho e dando seguimento às propostas constantes na **Carta Estratégica**, teve início o contacto com produtores e associações representativas para a realização de **estudo de viabilidade técnica e financeira de um matadouro no concelho**. Foi também elaborado o **plano de dinamização do Centro de Apoio às Microempresas (CAME)**.

Os **Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico** (RA-EAPPI-03.02.03.) assentaram em **programas de iniciativa municipal** com destaque para o FAME (que resultado da recessão económica não tem tido procura), para o programa de apoio aos pequenos e médios agricultores, para a conclusão do **programa de apoio ao setor cooperativo** e pela conclusão da **proposta de criação de hortas comunitárias**,

uma parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, a realizar nos Casais da Adua.



Assinatura protocolo com Liga e Montemor

No **Programa de Dinamização de Atividades** (RA-EAPPI-03.02.04.) mantivemos a aposta no **turismo** e participámos na **Turismo do Alentejo, ERT** nas condições que identificámos. Um programa diversificado de iniciativas procurou, também, atrair visitantes ao concelho, através da **dinamização de pacotes integrados de oferta turística**. Na perspetiva de valorização do nosso património natural e construído, foi dada continuidade à **criação de percursos no concelho**. Continuámos o programa de **animação do Mercado Municipal**, com a valiosa e empenhada colaboração de munícipes organizados na **Rede de Cidadania**, que procura revitalizar aquela estrutura económica tradicional.



Uma nota para a habitual participação na **Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)**.

No **Programa de Participação em Projetos de outras Entidades** (RA-03.02.05.) colaborámos com instituições locais e regionais (ADRAL, CIMAC, Municípios, etc.) em ações e projetos com vista ao desenvolvimento económico.

**(Nota:** O ponto 3.3.04. não existe por questões técnicas de codificação do RA e EAPPI.)

### **3.3.05. Qualificar o Território**

O ordenamento, a gestão do território, o uso planeado do solo, o urbanismo de qualidade, o apoio à habitação como instrumentos do desenvolvimento sustentável e integrado manteve-se como prioridade estratégica.



Esta opção programática (código 05) concretizou-se através da **gestão urbanística** (código 05.00.), do **planeamento** (código 05.01.), do **apoio à recuperação e construção de habitação** (código 05.02.), da **qualificação urbana** (código 05.03.), da **rede viária** (código 05.04.), do **património edificado** (código 05.05.), do **apoio a iniciativas de particulares** (código 05.06.), da **gestão dos solos** (código 05.07.) e da **energia** (código 05.08.).

### 3.3.05.00. Gestão Urbanística

No **Programa de Gestão Urbanística** (RA-05.00.01.) regista-se a revisão do regulamento municipal de publicidade e a conclusão da elaboração do regulamento de esplanadas, (este em fase de apreciação jurídica), com o objetivo de reforçar a intervenção de qualidade no espaço público. De referir também a continuidade os trabalhos desenvolvidos no âmbito do sistema de informação urbanística, na organização e uniformização geográfica e na definição de informação geográfica no âmbito dos PMOT's, agilizando os procedimentos internos e permitindo a curto prazo a consulta "on-line" de um conjunto de informação à gestão urbanística.

Foi também desenvolvido um importante trabalho no âmbito da emissão de plantas de localização, para apoio à avaliação extraordinária do IMI, em colaboração com o Serviço Local de Finanças de Montemor-o-Novo.

### 3.3.05.01. Planeamento

O **Planeamento** (05.01.) procurou compatibilizar o interesse público e coletivo com os interesses privados e particulares, naturalmente prevalecendo os primeiros em caso de insanável conflito. Particular atenção foi dada às legítimas expectativas da população e às iniciativas de agentes económicos que visam a criação de emprego e o investimento.

Foram os seguintes os programas aplicados:

O **Programa de Ordenamento do Território** (RA-EAPPI-05.01.01.) centrou-se na conclusão da elaboração do relatório de fundamentação para a revisão do PDM, cuja aprovação teve lugar e na preparação do procedimento de aquisição de serviços técnicos externos para elaboração do plano. Foi retomado o trabalho de elaboração do Plano de Pormenor da ZP5 (cidade), com a avaliação da adequação da proposta de implantação já estudada.

O **Programa de Planeamento Urbano** (RA-EAPPI-05.01.03.) incidiu sobre a conclusão da elaboração da **revisão do Plano de Pormenor da ZIA** e trabalhos associados, nomeadamente a avaliação das condicionantes da Declaração de Impacte Ambiental.

### 3.3.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação

O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política contribuiu, pelo efeito económico multiplicador da construção civil, para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atrativos que trazem e fixam população.



Recuperação habitação degradada

Através do **Programa de Habitação Municipal** (RA-EAPPI-05.02.01.) temos vindo a aplicar um novo tipo de gestão sistemática e integrada do parque habitacional propriedade do Município, nomeadamente da habitação social, com vista a uma maior e mais eficaz intervenção da Câmara no apoio aos munícipes de menores recursos.

O **Programa de Apoio à Recuperação de Habitação** (05.02.02.) permitiu a intervenção recuperação de urgência.

Com o **Programa de Terrenos Municipais** (RA-EAPPI-05.02.03.) procurámos aplicar uma política que desincentive a especulação urbana dos solos; disponibilizámos novos lotes, a baixo custo, em loteamentos municipais em Lavre, Silveiras e Santiago do Escoural. Foi desenvolvido o estudo prévio do loteamento municipal em Santiago do Escoural, nos terrenos da antiga Cooperativa Agrícola.

No **Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação** (RA-EAPPI-05.02.04) estimulámos detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria, contudo o agravamento da situação económica e social e as dificuldades de acesso ao crédito, inviabilizaram a concretização de qualquer parceria. Concretizaram-se as intervenções no âmbito do **Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)**. Iniciaram-se os estudos para criação de parceria para bolsa de habitação social.

### 3.3.05.03. Qualificação Urbana

O **Programa de Estudos/Projetos** (RA-EAPPI-05.03.01.) assegurou a realização interna de um importante conjunto de projetos, sobretudo de pequenos espaços exteriores e de acessibilidade a mobilidade condicionada.

O **Programa de Espaços Exteriores** (05.03.02.) assegurou um importante conjunto de intervenções, com destaque para a conclusão dos arranjos exteriores na CHE. Uma importante parte dos trabalhos foi assegurada por administração direta, valorizando assim as estruturas municipais, quer dos sectores de apoio à produção, quer dos viveiros municipais.



Arranjos exteriores Bº da CHE



O **Programa de Reabilitação Urbana** (RA-EAPPI-05.03.04) centrou-se no acompanhamento das obras e ações do Programa POLIS XXI/Parcerias para a Regeneração Urbana - Montemor Pedra a Pedra, em fase avançada de concretização, bem como o acompanhamento das ações dos parceiros. Na área do Centro Histórico da cidade, assegurou pequenas intervenções por administração direta, bem como o acompanhamento de projetos de instituições e de particulares. Teve continuidade a elaboração da proposta do **programa municipal de reabilitação urbana**.



Montemor Pedra a Pedra- parte da área intervencionada

### 3.3.05.04. Rede Viária

Continuámos, em 2012, o investimento na manutenção, recuperação e reabilitação da rede viária, urbana e não urbana, em todo o concelho. A equipa camarária permanente, embora bastante reduzida pela saída de pessoal a impossibilidade de novas contratações, teve um papel fundamental nesta resposta mas recorreremos, nalguns casos, a empreitadas e prestações de serviços externas. Neste último caso, continuámos a assumir estas contratações como uma das medidas de combate à crise e apoio a empresas instaladas no concelho.

Nos últimos anos, todo o concelho foi abrangido, a rede viária urbana mais degradada foi requalificada. Continuámos esse esforço mas reduzindo o investimento por força dos cortes que verbas que nos foram impostas e das restrições à realização de horas extraordinárias e que não permitiram cumprir o planeamento feito no início do mandato, nomeadamente quanto às prioridades definidas nas Freguesias de Ciborro e Silveiras.

No **Programa de Mobilidade, Circulação e Trânsito** (RA-EAPPI-05.04.01.) demos continuidade ao investimento na segurança rodoviária com a melhoria da sinalização por todo o concelho. Foram elaboradas propostas de intervenção para circulação, trânsito e acalmia de tráfego na cidade e de planos de circulação e sinalização nas freguesias.

O **Programa de Qualificação da Rede Viária** (RA-EAPPI-05.04.02.), como acima referimos, viu reduzido o investimento, ainda assim significativo quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais, por todo o concelho. As medidas que impuseram novos limites à

realização de horas extraordinárias e à contratação de pessoal limitaram bastante a intervenção de limpeza e manutenção de caminhos públicos.

#### 3.3.05.05. Património Edificado

O **Programa de Preservação do Património** (RA-EAPPI-05.05.01.) acompanhou a elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções de conservação bem como a aplicação das diretivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico. No **Programa de Valorização do Castelo**, realce para o trabalho desenvolvido pela **Oficina de Arqueologia** que tem garantido o acompanhamento arqueológico das obras do **Programa Montemor Pedra a Pedra**. Foi efetuada a intervenção de consolidação da Igreja de S. Francisco no âmbito do projeto geral de **requalificação do Convento de S. Francisco**. Quanto ao projeto de recuperação do Moinho do Ananil, confirmou-se o financiamento na Rede de Economias Criativas.



#### 3.3.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares

Este tipo de apoio, incluiu o acompanhamento técnico e fiscalização de obras e centrou-se nas **obras e loteamentos de particulares** (RA-05.06.01.) .

#### 3.3.05.07. Gestão de Solos

No **Programa de Bolsas de Terrenos** (EAPPI-05.07.01.) salienta-se a continuidade do trabalho de regularização de perímetros e terrenos de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento. Foram concretizadas propostas de aquisição de terrenos pelo município no perímetro urbano e zona periurbana da cidade.

#### 3.2.05.08. Energia

O **Programa de Iluminação Pública** (EAPPI-05.08.01.) garantiu, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública. Recorda-se que, em parte, este Programa insere-se no contrato de concessão à EDP, SA, contrato aquele que regula o tipo de financiamento a suportar pela Câmara. Em curso, estão vários sistemas de **otimização energética**.

O **Programa de Eletrificações** (EAPPI-05.08.02) garantiu um conjunto de ampliações da rede elétrica na área rural do concelho.

#### 3.3.06. Preservar e Valorizar o Ambiente

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a continuação da presença humana na paisagem e as boas práticas agropecuárias tem constituído uma das primeiras prioridades desta Câmara nos últimos anos a que foi dada continuidade.



20 Anos do Programa LIFE

Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e constituem prioridade fundamental como são, nomeadamente, os casos da garantia de abastecimento de água e de saneamento, a recolha, seleção e tratamento do lixo. A nossa opção e intervenção visaram compatibilizar Ambiente e Desenvolvimento Sustentável naturalmente com a presença humana.

Continuámos a defender **o cumprimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável** que assegure respostas estruturais aos problemas do País, face aos desafios que enfrenta e aos compromissos assumidos internacionalmente e que os municípios, no âmbito das suas competências, embora com escassos recursos, procuram resolver.

Valorizámos, numa perspetiva de desenvolvimento integrado e sustentável, o nosso Património Ambiental, continuámos a enfrentar e a procurar soluções para os principais problemas ambientais, procurámos garantir o aumento da qualidade de vida e a preservação do ambiente numa perspetiva inovadora e com recurso a novas tecnologias.



Esta opção programática (código 06) integrou a **promoção e defesa do meio ambiente** (código 06.01.), a **conservação da natureza** (código 06.02.), o **saneamento** (código 06.03.), o **abastecimento de água** (código 06.04.), os **resíduos sólidos** (código 06.05.) e a **higiene pública** (código 05.05.).

### 3.3.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente

Neste âmbito, concretizámos dois programas:

O **Programa Eficiência Energética e Energias Limpas** (RA-06.01.01) através do funcionamento de um grupo de trabalho interno, multidisciplinar permitiu iniciar a aplicação da estratégia de intervenção nesta área, prioritariamente dirigida à atividade municipal, sobretudo aos equipamentos municipais, mas que desenvolveu ao longo do ano de 2012 um estudo de caracterização das práticas energéticas dos empreendimentos turísticos.

O **Programa de Defesa do Meio Ambiente** (RA-EAPPI-06.01.02.) deu atenção à participação no grupo de trabalho dos municípios no âmbito do projeto: cooperação para a sustentabilidade da atividade pecuária. No seguimento dos objetivos anteriormente enunciados foram também desenvolvidas atividades de educação ambiental junto das escolas e nas estruturas municipais.



Excerto da exposição "Antigamente tudo era diferente"

### 3.3.06.02. Conservação da Natureza

Nesta área (RA-EAPPI-06.02.01), foi feito o acompanhamento da implementação do PIER de Monfurado (1ª fase), cujos trabalhos têm sido dificultados pela não concretização da estrutura intermunicipal de acompanhamento do plano. Foram desenvolvidas outras iniciativas relevantes na perspetiva de compatibilizar a conservação da natureza com a ocupação humana e o desenvolvimento de atividades a ela associadas, passeios pedestres, educação e sensibilização ambiental também no âmbito da proteção da floresta e proteção civil.



Visita a exploração suinicola



Projeto Replanta

### 3.3.06.03. Saneamento

A cobertura urbana integral do Concelho pela rede de saneamento básico é o nosso objetivo central. A sua concretização exige, como temos afirmado e demonstrado, a melhoria dos sistemas municipais e a obrigatoriedade de constituição de sistemas supramunicipais, face ao volume de verbas necessárias. Contudo, e apesar dos nossos esforços não foi possível alcançar aquele objetivo no mandato cessante dado o boicote do Poder Central à criação e financiamento do nosso sistema intermunicipal.

Recorde-se que defendemos a preservação do sistema e da gestão públicas deste sector face à sua importância crucial para as condições e a qualidade de vida das populações. Durante mais de 8 anos de boicote às nossas propostas, pugnámos por uma solução que evitasse a privatização do abastecimento de água e saneamento que cortaria o acesso de parte da população àquele bem essencial à vida e endividaria insuportavelmente os Municípios.

Em 2009, e após difíceis e complexas negociações, foi possível acordar e assinar com o Governo e as Águas de Portugal **uma Parceria Pública Estado / Municípios para criação de um Sistema Público para o Abastecimento de Água e Saneamento no Alentejo**. Apesar das fortíssimas pressões que sofremos, não abdicámos da defesa das populações e do interesse coletivo dos Montemorenses, opondo-nos à entrega da água para negócio privado de alguns e garantindo o acesso de todos a este bem público indispensável à vida. Em 2010, a Parceria começou a funcionar e foi criado sistema público supramunicipal.

Lembramos que um conjunto de Municípios do Alentejo e do distrito de Évora, que tinham quebrado o acordo para a constituição de um sistema intermunicipal público e aderido ao sistema multimunicipal, assumiram publicamente o negócio ruinoso que fizeram e pretendem abandonar aquele sistema!

Implementámos dois programas:

O **Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento** (RA-EAPPI-06.03.01.) onde continuámos com a manutenção, renovação e expansão da rede. Num esforço significativo, continuámos, em todas as zonas rurais do Concelho, a limpeza e remoção para tratamento em ETAR de efluentes de fossas domésticas privadas. Destaca-se o **Programa Montemor Pedra a Pedra**, no Centro Histórico da cidade, que está a renovar o sistema de saneamento com redes separativas nas zonas de intervenção e cujas obras tiveram continuidade durante o ano de 2012.



Montemor Pedra a Pedra – Sistema de saneamento

O **Programa da Parceria Pública para o Saneamento** (RA-EAPPI-06.03.02.) centrou-se no funcionamento da **AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública** e na continuação das negociações com a empresa Águas Públicas do Alentejo para a definição do programa de investimentos e de gestão no nosso Município. A candidatura ao Fundo de Coesão ainda aguarda aprovação pelo que o calendário de investimento no concelho está mais atrasado do que o previsto.

#### 3.3.06.04. Abastecimento de Água

O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) aplica-se ao abastecimento de água mas, neste caso, já atingimos a cobertura urbana integral e continuamos a alargar a rede a zonas rurais.

A questão do abastecimento de água é, fundamentalmente, a de assegurar, face à escassez, origens suficientes e adequadas de água, o seu tratamento e adução. Mas, também e sobretudo, garantir o acesso de todos a este bem, único e indispensável à vida. Os nossos esforços políticos e técnicos centraram-se nestas opções e em dois programas.



Água BEM PÚBLICO

No **Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água** (RA-EAPPI-06.04.01.) mantivemos uma intensa atividade de manutenção, renovação e expansão da rede. Foram também reforçados o controlo, coordenação e acompanhamento dos trabalhos de operabilidade dos sistemas.

O **Programa da Parceria Pública para o Abastecimento de Água** (RA-EAPPI-06.04.02.) centrou-se no funcionamento da **AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública** e nas negociações com a empresa Águas Públicas do Alentejo para a definição do programa de investimentos e de gestão no nosso Município. Está em curso a elaboração do projeto do **sistema de abastecimento dos Minutos**. A candidatura ao Fundo de Coesão ainda aguarda aprovação pelo que o calendário de investimento no concelho está mais atrasado do que o previsto.

### 3.3.06.05. Resíduos Sólidos

Nesta área, as principais ações decorreram do **Programa Sistema Municipal de Recolha e Tratamento de Resíduos** (RA-EAPPI-06.05.01) onde se manteve em funcionamento o sistema municipal de recolha de resíduos de construção e demolição e de resíduos volumosos, em todo o concelho. Ao longo dos últimos 6 anos, o sistema de recolha e reciclagem de entulhos permitiu, até ao final do ano de 2012, aproveitar 28405 toneladas de resíduos, provenientes de obras realizadas no concelho.



Visita à Unidade de Reciclagem de Entulho

Continuámos o esforço de investimento na **renovação de equipamentos**, numa perspetiva de qualificação do ambiente urbano. Foi realizada a avaliação dos níveis de serviços prestados aos utilizadores, confirmando-se a qualidade da prestação do serviço público, numa área de intervenção que o governo pretende privatizar! Foi concluída a

revisão do regulamento municipal para adaptação a nova legislação, mantendo a perspetiva de defesa da prestação do serviço público.

O **Programa do Sistema Intermunicipal de Recolha e Tratamento de Resíduos** (RA-EAPPI-06.05.02.) manteve a participação no Sistema Intermunicipal e a colaboração com a GESAMB, EIM.

Por opção, o atual tarifário está longe de cobrir os correspondentes custos dos RSUs. A Câmara continuará a suportar, como custo social, a recolha integral e uma parte substancial do tratamento dos RSUs. Procurámos reduzir o défice através de uma atualização tarifária, do aumento da **recolha seletiva no Concelho** e de outros ajustamentos ao sistema de recolha. Contudo, nova legislação vai obrigar a uma adaptação dos tarifários de acordo com os princípios da recuperação de custos. Foi dada particular atenção à campanha de sensibilização "Agir para Separar e Reciclar" que com um conjunto de ações dirigidas a públicos-alvo diferentes, obteve um balanço positivo.

### 3.3.06.06. Higiene Pública



No **Programa de Higiene Pública** (RA-EAPPI-06.06.01.), assegurámos a higiene pública e o funcionamento exemplar do canil municipal e diversas ações de prevenção e sensibilização.

Canil Municipal  
Campanha de adoção

### 3.3.07. Promover a Cultura, o Desporto e o Associativismo

A Atividade Sócio-Cultural, conceito a que atribuímos amplo sentido, é entendida como vetor determinante para a estratégia de desenvolvimento local e, como tal, constituiu prioridade.

Ainda que afetada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área. Em particular, mantivemos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho.



No ano de 2012, destaca-se o reforço da lógica de apoio à criação e aos criadores, bem como ao papel da Câmara Municipal enquanto elemento facilitador dos projetos realizados em parceria entre os vários agentes culturais. Exemplo disso foi a realização do 1º festival de Teatro de Montemor, com etiologia nos encontros de teatro da Theatron. E que juntou todas as estruturas de teatro do Concelho para uma programação conjunta.

Pela importância estratégica e identitária, foi apresentado o tema “cultura em Montemor-o-Novo” na Exposição central da Feira da Luz 2012, a qual colheu uma unânime crítica positiva pelo elo representativo que originou.

Realça-se no âmbito das parcerias, a concretização de uma candidatura conjunta entre 4 entidades de criação artística, elegíveis nos critérios da DGARTES, tendo sido a única candidatura aos programas tripartidos da DGARTES que congregou várias estruturas na mesma candidatura, onde a Câmara Municipal assumiu o papel unificador e de parceiro privilegiado.



Festival de Teatro –  
Comfort Zone

Esta opção programática desenvolveu-se pela **cultura** (código 07.01.), pelo **desporto** (código 07.02.), pelos **tempos livres e lazer** (código 07.03.), pelos **equipamentos** (código 07.04.) e pelo **apoio às associações** (código 07.05.).

### 3.3.07.01. Cultura

Proseguimos o reconhecido trabalho que nesta área temos desenvolvido. Montemor continuou a afirmar-se como referência regional e nacional pela política cultural municipal, pela dinâmica das nossas instituições, pela programação, pelo apoio a quem programa, pelo estímulo e apoio aos criadores.

O **Programa de Dinamização de Atividades** (RA-EAPPI-07.01.01) englobou vários **Ciclos de Programação e a descentralização cultural**, promoveu o acesso da população em geral a eventos culturais de qualidade. Sustentámos os projetos culturais municipais como **Biblioteca Almeida Faria**, o **Arquivo Municipal**, a **Galeria Municipal**, a **Oficina do Canto**, a **Escola de Ballet**.



Oficina do Canto -  
Musical



Exposição da ARPI no  
Arquivo Municipal



Mantivemos as **Jornadas Literárias de Montemor-o-Novo** que pretendem valorizar, com particular atenção ao Alentejo e a Montemor-o-Novo, os nossos escritores, a sua obra e a nossa língua.

O **Programa para o Património Cultural** (RA-EAPPI-07.01.02.) assegurou algum investimento, dificultado pelas condicionantes financeiras, e procurou assegurar perspectivas e projetos necessários a futuras intervenções.



Recuperação do  
Telheiro

### 3.3.07.02. Desporto

Consideramos a atividade desportiva essencial para o desenvolvimento harmonioso e saudável das populações e foi nesse princípio que assentámos a nossa atividade. A crise está a afetar, de forma ainda imprevisível, os clubes e a atividade desportiva mas procurámos manter o nível de atividade bem como os apoios indispensáveis.

O **Programa de Dinamização de Atividades** (RA-EAPPI-07.02.01.) assegurou a promoção da prática desportiva através dos **programas de promoção de prática desportiva**, nomeadamente os **protocolos para os escalões de formação, das escolas e escolinhas de formação, do programa "dar mais vida aos anos"**, entre outros. Prosseguimos a promoção de **eventos desportivos**, como os **Jogos do Município, o Grande Prémio de Atletismo** (organizado pelos Bombeiros Voluntários), entre outros. Destaca-se a continuidade de novas iniciativas como a **Prova de Águas Abertas** na Barragem dos Minutos. O **Parque Desportivo Municipal** está em funcionamento pleno significando um salto qualitativo na atividade desportiva no concelho e continuando a dar apoio a grupos desportivos de fora do concelho.



XV concurso nacional de  
saltos



19º Passeio  
Cicloturismo



Prova de atletismo

No **Programa de Planeamento** (RA-07.02.02.) o destaque vai para o estudo de viabilidade de um centro de aeronáutica para turismo, desporto e lazer, que em parceria com uma associação do setor aeronáutico, viu aprovada a sua candidatura ao programa PRODER, que garante a sua realização ao longo do ano de 2013, com custos reduzidos de investimento para o Município.

### 3.3.07.03. Tempos Livres e Lazer

Releva-se (RA-EAPPI-07.03.) o trabalho da **Oficina da Criança**, espaço com uma lógica de funcionamento que ao longo de mais de 20 anos tem sido um pilar de referência nacional, e que tem na base dos trabalhos "oficinas", lúdicas e de animação, a promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania.

A **Oficina do Canto**, que comemorou 15 anos, sob a orientação de Maria do Amparo, a **Escola de Ballet da CMMN**, dirigida por Amélia Mendonça ou o **Centro Juvenil** mantiveram-se como referenciais da atividade municipal. Mas, muitas outras atividades foram desenvolvidas em âmbitos diversos e procurando diferentes públicos-alvo quer locais quer de fora do concelho. São exemplos: os "Dias Tranquilos", o "Encontro de Marionetas", a "Festa dos Contos".



Hidroginástica



Magusto



Escola Municipal de Ballet



Oficina da Criança- Passeio a Guimarães

#### 3.3.07.04. Equipamentos

No **Programa de Equipamentos Culturais e de Lazer** (RA-EAPPI-07.04.01.) concluímos as intervenções no Cine-Teatro Curvo Semedo. Mantivemos o concurso da nova Oficina da Criança que só avançará se conseguirmos financiamento.

O **Programa de Equipamentos Desportivos** (RA-EAPPI-07.04.02) assegurou algumas intervenções em infraestruturas.

#### 3.3.07.05. Apoio às Associações

O Associativismo, numa vertente formal ou informal, como expressão organizada da sociedade, é uma forma de apelo à responsabilização e intervenção dos cidadãos no desenvolvimento das comunidades onde estão envolvidos. A Câmara, ciente da importância das Associações para a dinâmica e desenvolvimentos locais, não só manteve o esforço que vinha fazendo como reforçou, sobretudo na área social e apesar dos cortes de verbas e outras condicionantes impostas pela legislação governamental, o nível da sua colaboração e dos seus apoios.



Grupo Coral ARPI



Protocolo com Associação de Pais "Saber Crescer"

O **Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos** (RA-EAPPI-07.05.01.), o **Programa de Apoio às Atividades dos Clubes e Associações Desportivas** (RA-07.05.02.) e às **Associações Culturais** (RA-07.05.03.) concedeu um significativo conjunto de apoios, decisivos para as instituições sem fins lucrativos.

#### 3.3.08. Apoiar a Juventude

Uma boa parte da atividade nesta área continuou centrada **no Centro Juvenil**, com importante participação e dinâmica.

Num edifício e espaço aberto amplos, o Centro Juvenil oferece aos jovens áreas de atividades e salas de apoio diversas que vão desde as artes plásticas a um estúdio de música, desde a iniciação ao cinema de animação à sala multimédia, desde o espaço sem tabus (para incentivar a abordagem de problemas sentidos pelos jovens) às áreas de puro lazer. Respeitando integralmente a autonomia e a individualidade dos jovens, desafia-se a criatividade, a irreverência, a capacidade dos jovens.

Apoiámos, dinamizámos e criámos eventos de e para os jovens; procurámos atribuir ferramentas e condições para que os jovens criassem e/ou desenvolvessem dinâmicas próprias num momento em que as políticas do Poder Central, agravadas pela crise interna e pela crise geral do capitalismo, estão a afetar gravemente este sector da população e cresceram as dificuldades para os jovens e para a sua fixação no interior do país.



Centro Juvenil – Visita a Exposição pelas escolas

Apesar da dinâmica do Centro Juvenil e das atividades ali desenvolvidas ou fomentadas, apesar dos programas de voluntariado jovem (arqueologia, ambiente, proteção civil), apesar do alargamento do programa de estágios, apesar do apoio à formação, apesar de uma boa participação dos jovens em atividades associativas e de instituições locais, há necessidade de manter uma contínua busca de uma melhor intervenção neste sector fundamental para o Concelho. Recorde-se a crescente taxa de desemprego entre os jovens.

### 3.3.08.01 Juventude

O **Programa de Infraestruturas** (EAPPI-08.01.01) assegurou pequenas intervenções.

No **Programa Dinamização de Atividades** (RA-08.01.02) assegurámos o pleno funcionamento do Centro Juvenil. Destaca-se o **programa de apoio específico à juventude** que procura incentivar a sua fixação, nomeadamente **incentivos e apoio à habitação para jovens**, o **programa de voluntariado jovem** (abrangendo as áreas da arqueologia, ambiente e proteção civil), o alargamento do programa de **estágios profissionais e os programas de formação profissional**.



### 3.3.09. Qualificar o Ensino, Promover a Educação

Em 2012, continuámos preocupados e atuantes na área da Educação onde, em consequência das políticas governamentais, se manteve a instabilidade e a incerteza. A pressão para o encerramento de escolas do ensino básico em sedes de freguesia

manteve-se com a intenção de encerramento da escola de Cabrela, que não veio a concretizar-se.

A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para um desenvolvimento global. Cumprimos e ultrapassámos, há alguns anos, as competências que detemos nesta área onde atingimos objetivos que o(s) Governo(s) só se propõe(m) alcançar a médio prazo, como é o caso da cobertura a 100% das refeições escolares.

Continuámos a exigir do Poder Central o indispensável apoio ao investimento que projetámos para melhorar as condições estruturais do parque escolar bem como a definição de políticas que induzam estabilidade no sistema de ensino, rentabilizando e potenciando os recursos existentes.

Apesar de discordar das alterações legislativas (menor democraticidade na gestão, recuperação da figura do antigo “diretor de escola”), a Câmara manteve participação ativa nos órgãos onde tem assento e nos quais marcou as suas posições em defesa da escola pública para todos e de uma gestão democrática das escolas.

Esta opção programática explana-se nos **equipamentos escolares** (09.01), na **ação social escolar e transportes escolares** (09.02), na **dinamização de atividades** (09.03) e em **outras atividades** (09.04).

### 3.3.09.01. Equipamentos Escolares

No **Programa de Equipamento do Ensino Pré-Escolar** (RA-EAPPI-09.01.01.) demos continuidade a um significativo conjunto de obras de requalificação mas com menores recursos.

No **Programa de Equipamento do Ensino Básico** (RA-EAPPI-09.01.02.) assegurámos pequenas intervenções devido à redução de meios.

Iniciamos a construção do **novo Centro Escolar de Montemor-o-Novo**, a instalar junto à Piscina Coberta e que terá 10 novas salas para o pré-escolar e para o ensino básico.



Construção do Centro Escolar

### 3.3.09.02. Ação Social Escolar e Transportes Escolares

De forma responder ao agravamento da situação económica e social das famílias, originada pelo aprofundamento da crise que se vive no País, a Câmara **continuou a reforçar estes apoios através do Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário”**, no quarto ano de vigência. Assim, o



Transportes escolares

**Programa de Ação Social Escolar (RA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (RA-09.02.02.)** alargaram a concessão de um imenso apoio social. Reforçámos as **componentes de apoio à família**, no que respeita às competências das autarquias, e nas suas várias facetas com destaque para o **apoio à dinamização e funcionamento de ATL'S**.

### 3.3.09.03. Dinamização de Atividades

Concretizámos o **Programa de Dinamização de Atividades (RA-EAPPI-09.03.)** nas suas várias vertentes, **desportivas (09.03.01.)**, **culturais (09.03.02)** e **recreativas (09.03.03)** que são um complemento essencial à formação.



### 3.3.10. Promover a Justiça Social e a Saúde Pública

A Câmara continuou a desenvolver um vasto conjunto de programas e ações nesta área. Para além de cumprir com as suas limitadas competências, a Câmara foi muito além daquelas, providenciando um apoio essencial e direto à população mais carenciada bem como às instituições que as enquadram com todo o seu trabalho meritório e muitas vezes voluntário. A atividade da Câmara nesta área manteve e reforçou o **Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário"**, lançado em 2009 mas também na **Rede Social**.



Executámos os programas de **Ação Social e Saúde (10.01)**.

### 3.3.10.01 Ação Social

No âmbito da **Ação Social** (RA-EAPPI-10.01.01.) o destaque vai para a aplicação do **Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário"**, já acima referido, que integra 6 Eixos a saber:



Assinatura de protocolo com o Abrigo dos Velhos Trabalhadores

Eixo1: Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações Humanitárias (AHs) e Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPIs)

Eixo 2: Reforço da Ação Social Escolar

Eixo 3: Concessão de bolsas de estudo de cariz social

Eixo 4: Inovar a habitação social

Eixo 5: Melhoria das condições de habitabilidade

Eixo 6: Cartão Social "Mor Solidário"

O Programa **"Mor Solidário"**, recusando políticas assistenciais e/ou caritativas, apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhorias das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. Ainda que seja apresentado de forma autónoma um balanço da execução deste Programa em 2011, mantém-se, em termos gerais, a situação do ano anterior:

- Os Eixos 1, 2, 3 e 5 estão em execução plena e atingiram os objetivos sociais propostos;
- O Eixo 4 tem em execução o programa de requalificação das habitações sociais do Município mas não avançou nas parcerias com proprietários;
- O Eixo 6 tem progredido lentamente devido à crise e às dificuldades que vivem as nossas empresas e instituições.



Girassol – S. Geraldo

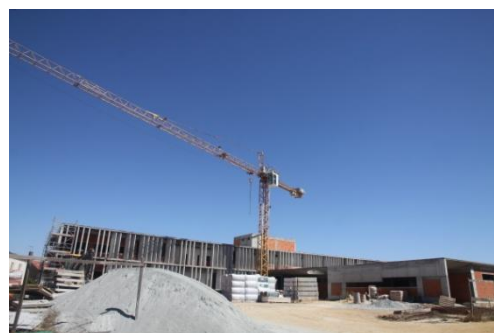
Num quadro de significativo agravamento das condições sociais, continuámos a concretizar, face aos meios disponíveis, um conjunto de outros programas e ações: o acompanhamento direto e de situações de isolamento e de casos sociais, o realojamento social em parceria com outras entidades.

No âmbito da lógica comunitária, continuámos a dinamizar a **Rede Social**, estimulando o desenvolvimento social, potenciando os recursos locais como base de uma intervenção social sustentada, coordenada e sistematizada através do **Plano de Desenvolvimento Local**.

### 3.3.10.02. Saúde

No **Programa para a Saúde** (RA-10.01.02), área em que a competência municipal é reduzida e complementar, registámos um significativo aumento das dificuldades de boa parte dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, agravada pela redução do rendimento disponível provocada pelas medidas do Orçamento de Estado para 2012. Mantiveram-se os **cortes de credenciais de transportes** que, na prática e por motivos económicos, impediu muitos doentes necessitados de se deslocarem a consultas e tratamentos; a redução de rendimentos levou também a que muitos fossem obrigados a **desistir de tomar medicamentos medicamente aconselhados**.

Na sequência da doação pelo Município, em direito de superfície e pelo período que durar o objeto do seu uso, do terreno, avançou a **construção do novo Centro de Saúde e SUB**. Elaborámos o projeto de acessibilidades. Está, pois, em marcha (recorde-se o início de funcionamento em 2011 das **Unidades de Cuidados Paliativos e de Convalescência**, criados pela Ordem Hospitaleira no Hospital de S. João de Deus, e que foram integrados, por acordo com o Ministério da Saúde, na rede pública) o **Parque de Saúde** porque pugnámos.



Construção do novo Centro de Saúde

Mantém-se o **encerramento dos Postos Médicos de S. Brissos, Baldios, S. Geraldo, Cortiço e Casa Branca**. Os casos de S. Geraldo e Cortiço, como já se tem referido, ultrapassam os limites do bem senso e só uma incompreensível insensibilidade e cegueira política permite que se mantenham sendo que as responsabilidades desta situação recaem, quase por inteiro, nos responsáveis locais e regionais de saúde.

Mantivemos a restante e habitual atividade neste campo.

### 3.3.11. Assegurar Proteção Civil e Segurança

A responsabilidade pela **Proteção Civil** (RA-11.01.) continua a recair, em larga medida, sobre as autarquias locais e os Bombeiros. No concelho de Montemor-o-Novo, mediante uma ação planeada e concertada, tem sido possível executar e/ou acompanhar as necessárias ações de prevenção ou socorro. Esta ação está sedimentada em planos de âmbito concelhio (Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Plano Operacional Municipal, Plano Municipal de Emergência) e distrital (Planos correspondentes de nível distrital) e numa sistematização permanente, concretizada em reuniões periódicas de Comissões Especializadas (Comissão Municipal de Proteção Civil e Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios).

No **Programa de Proteção Civil** (RA-11.01.01.), continuámos a acompanhar atenta e interventivamente esta área, disponibilizámos recursos, transmitimos propostas, críticas e sugestões, acompanhámos as posições da ANMP, da Liga dos Bombeiros Portugueses e dos nossos Bombeiros Voluntários. Assegurámos uma eficaz coordenação municipal da



Proteção Civil, o funcionamento regular e articulado das Comissões Municipais, participámos e colaborámos nos programas e ações das Comissões Distritais.

Implementámos o **regulamento municipal do uso do fogo**. Continuámos a elaboração de **Planos de Emergência Interna** para os edifícios municipais. Funcionou o **Gabinete Técnico Florestal** em articulação com a AFN e deu-se continuidade ao **programa de Voluntariado Jovem para as Florestas** cujo êxito tem sido crescente na fiscalização e deteção de incêndios e na formação cívica dos jovens participantes.

Mantivemos, com base no Protocolo em vigor, o apoio aos nossos Bombeiros Voluntários. Releva-se o apoio garantido, através de Protocolo, à **remodelação e ampliação do Quartel, cuja obra foi inaugurada a 11 de Março de 2012**, bem como à continuidade, assegurada em prestações, do financiamento integral à aquisição do edifício para a expansão do Quartel. Os valores globais do apoio ascendem a cerca de € 400.000 euros sendo que o financiamento global é suportado por fundos da UE e fundos do Município.

Defendendo a partilha de responsabilidades pelas várias entidades a diferentes níveis, entendemos que o esforço financeiro necessário ao reforço e manutenção de estruturas e equipamentos deve ser preferencialmente garantido ao nível governamental, ainda que complementado com dotação autárquica, e não o contrário, para que as políticas nacionais definidas e as necessidades concelhias possam ser eficazmente cumpridas.

A **Segurança Pública** (RA-11.02.) é responsabilidade primeira do Poder Central. Temos considerado que o atual número de efetivos da GNR no Concelho é insuficiente para garantir os níveis de prevenção e segurança necessários, considerando a dispersão da população e a extensa área rural. A colaboração com o comando do destacamento da GNR foi regular e continuámos a apoiar, sem que tenhamos qualquer obrigação de o fazer e apesar da atitude governamental para com o Poder Local Democrático, a modernização de instalações da GNR.

No âmbito do normal funcionamento do **Conselho Municipal de Segurança**, que assegurámos, e das relações institucionais em particular com a GNR, a Câmara acompanhou ativamente a evolução da situação de segurança.

### **3.3.12. Outros Investimentos e/ou Serviços**

Nesta rubrica residual denominada **Outros Investimentos e/ou Serviços** (RA-EAPPI-12) haverá que referenciar o trabalho e o investimento efetuado nos **cemitérios municipais** (RA-EAPPI-12.01.01.) e nos **cemitérios das freguesias** (RA-EAPPI-12.01.02.), com a elaboração do projeto de ampliação do **cemitério de Cortiçadas de Lavre** e a alteração do projeto dos **ossários do Cemitério de S. Francisco**.

No **Programa "Outros Serviços"** (RA-12.98.01) regista-se o apoio prestado, pela DPDE, na elaboração e acompanhamento de candidaturas a financiamentos externos; o

trabalho efetuado na **área jurídica**, onde cresceu o volume e a exigência de trabalho quer interno quer dirigido ao “exterior”.

## 4. CONTA DE GESTÃO DE 2012

---

A **Prestação de Contas de 2012** integrada pelo **Relatório de Gestão e Conta de Gestão**, corresponde ao terceiro ano civil do presente mandato (2009-2013).

O **Relatório de Gestão**, enquanto balanço da atividade municipal, é um documento eminentemente político. Contudo, e sobretudo a **Conta de Gestão**, tem características técnicas evidentes, próprias e, legalmente determinadas. A **Prestação de Contas** é a principal documentação política e técnica que sintetiza e descreve a atividade desenvolvida pelo Município de Montemor-o-Novo em 2012. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o **Plano Oficial de Contas** para as **Autarquias Locais (POCAL)**, e atentos às normas estipuladas na Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro (OE2012), ao Decreto-Lei nº 32/2012 de 13 de Fevereiro (LEO2012), Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA) e demais legislação habilitante, apresenta-se a conta de **Gestão do ano de 2012**.

### 4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara

Nos últimos anos, as principais características da evolução económico-financeira dos Municípios são a incerteza, a instabilidade mas sempre a perda de autonomia financeira, com relevo para a redução dos recursos. Em 2012, aquela evolução continuou a agravar-se e, não obstante a solidez económico-financeira da nossa Câmara, fomos, uma vez mais, gravemente penalizados pelas medidas dos Governos, antes e depois do Memorando de Entendimento assinado com a *troika estrangeira* e pelo contínuo agravamento da crise nacional.

Manteve-se a tendência para a governação nacional abandonar qualquer perspetiva de estratégia, de planeamento ou de programação para o setor público. Esta situação refletiu-se, negativamente, no trabalho dos Municípios.

Foi o caso, preocupante, da execução do QREN. Depois de exigir e continuar a exigir *planos estratégicos, documentos de enquadramento estratégico, documentos de conformidade com estratégias ou instrumentos nacionais e regionais, etc.*, e face à falência do modelo de gestão centralizado, burocratizado e governamentalizado, os Governos passaram a gerir projeto a projeto sem qualquer preocupação de *necessidade* ou de *estratégia*. As Câmaras dificilmente conseguem executar os planos, enredadas na burocracia e nas limitações financeiras. Continuámos, naturalmente, afetados.

Ainda em 2012, com a publicação da LCPA, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, os municípios viram-se confrontados e asfixiados com uma Lei que na prática, obrigou, à profunda alteração na sua gestão financeira, e consequentes entraves a toda a gestão financeira municipal com profundos reflexos nas áreas sociais e de investimento.

Em 2012, prosseguiu uma perspetiva orçamental substancialmente frustrada pela redução de verbas do OE, pelo aumento do IVA e outras transferências para a administração central que financiaram o Estado impondo novos encargos aos Municípios. Como tivemos oportunidade de mencionar nas GOPs, em 2012, o nosso Município foi penalizado em cerca de € 1.700.000 euros.

O aprofundamento da crise reduziu ainda receitas previstas e obrigou-nos a aplicar ainda mais em 2012 recursos adicionais no Programa Montemor Solidário.

Deste modo, tivemos que tomar um conjunto de medidas para evitar uma degradação da situação financeira e procurar adequar a gestão aos cortes, condicionantes e limitações impostas. Fomos obrigados a reduzir pelo menos 10% dos pagamentos em atraso, em relação a 2011. Fomos ainda obrigados a tomar um conjunto de medidas de contenção e de adiamento de investimentos programados. No final do ano, conseguimos uma melhoria da situação económico-financeira que é, sobretudo, traduzida pela diminuição da dívida corrente e global do nosso Município.

## 4.2. Endividamento Municipal

Em 2012, a situação económica e social continuou em agravamento no concelho como resultado da crise capitalista nacional e internacional, do OE e do Memorando assinado com a *troika externa*. Mas, a Câmara Municipal dispôs de alguma capacidade para aumentar um conjunto de programas e ações (Programa Social Mor Solidário, medidas de combate à crise, manutenção do nível de apoio ao movimento associativo) para minorar, dentro das suas limitadas possibilidades, o impacto da crise no concelho. Ainda assim, a Câmara Municipal melhorou, comparativamente, os níveis legais e técnicos de endividamento e a situação económico-financeira estrutural.

### 4.2.1. Limite ao Endividamento Líquido Municipal

Por força do artigo 37.º da mesma Lei com as referidas alterações, o ***endividamento líquido***, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro, participação no IRS, derrama, e participações nos resultados das entidades do setor empresarial local, não pode ser superior ao observado a 31 de dezembro do ano anterior.

O Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2011, de um **limite<sup>1</sup> ao endividamento líquido municipal na ordem de €15.610.836,41 e em 2012 dispôs de um limite de €15.953.356,86 isto é, superior em 342.520,45 € ao ano anterior.**

<sup>1</sup>artº 37º nº 1, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (lei das finanças locais), alterada pelas leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril e redação dada pelo artº 66º da lei do orçamento de estado de 2012. O cálculo do limite de endividamento para 2012 foi efetuado com base na receita FEF, participação no IRS, Derrama, IMT, IMI e IUC do ano anterior (2011) x 125%;

<b><i>Cálculo dos Limites de Endividamento Líquido</i></b>	<b>Total da receita a considerar</b>	<b>125% Limites</b>
<b>2011</b>	<b>12.488.669,13</b>	<b>15.610.836,41</b>
<b>2012</b>	<b>12.762.685,49</b>	<b>15.953.356,86</b>

**Unidade: Euros**

#### **4.2.1.1. Endividamento Líquido Municipal**

Nos termos do art.º 36.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei de Finanças Locais) alterada pelas Leis nºs 22-A/2007 de 29 de junho, 67-A/2007 de 31 de dezembro, e 3-B/2010 de 28 de abril, o ***endividamento líquido municipal*** traduz-se na diferença entre os Passivos Financeiros (empréstimos contraídos, locações financeiras e dívidas a fornecedores) e os Ativos Financeiros (caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações financeiras e créditos sobre terceiros).

Assim em 2012, o município apresentou um **endividamento líquido** de 4.570.739,58 € (quatro milhões quinhentos e setenta mil setecentos e trinta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), refletindo uma diminuição em 13,3% em relação ao ano anterior. Assinale-se que o montante atrás referido inclui 1.919.037,98 € relativos a empréstimos excecionados, pelo que o montante do endividamento líquido que conta nos termos do artº 66º da LOE de 2012<sup>2</sup> se situava apenas em 2.651.701,60 €.

Ano	Endividamento Líquido para efeitos do cumprimento do artº 66º da LOE 2012	Empréstimos Excecionados <sup>3</sup>	Total ELM 2012
2012	2.651.701,60	1.919.037,98	4.570.739,58

<sup>2</sup> **Artigo 66.º do OE 2012 - Endividamento municipal em 2012**

1 - O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

2 - No ano de 2012, e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do presente artigo e no artigo 39.º, n.ºs 1 a 5 e 7, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município.

3 - O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2010 é corrigido, até 30 de Junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2011.

4 - O rateio referido nos n.ºs 2 e 3 é prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazo para investimentos no âmbito do QREN ou da reabilitação urbana.

5 - Pode excecionar-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 a celebração de contratos de empréstimo, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excecionais devidamente fundamentadas e tendo em conta a situação económica e financeira do País, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).

6 - Os municípios transmitem obrigatoriamente à DGAL, até ao dia 15 do mês seguinte ao final de cada trimestre, informação sobre os novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo celebrados, os montantes utilizados no cumprimento de contratos de crédito bancário e os montantes das amortizações efetuadas no trimestre anterior.

7 - O valor disponível para rateio nos termos dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo é reduzido em 150 milhões de euros para, em acumulação com as reduções previstas no artigo anterior, assegurar a diminuição do endividamento líquido dos municípios.

<sup>3</sup> Empréstimos excecionados nº5 do artº 66º OE2012 - possibilidade de serem excecionados do limite de endividamento, os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários

Unidade: euros

Como se pode verificar o montante do endividamento líquido do município de Montemor-o-Novo de 2012 está muito abaixo do limite de endividamento municipal calculado para 2012, ou seja 15.953.356,86 €

#### **4.2.1.2. Dívida Corrente**

Como se demonstra, a Câmara Municipal dispõe de um baixo endividamento líquido que inclui uma igual baixa dívida corrente<sup>4</sup>. Dispomos, pois, de uma elevada margem de uso potencial do endividamento líquido o que nos permite assegurar, se o OE e/ou a legislação nos permitirem, alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

Verificou-se que a dívida corrente no final de 2012 foi de 3.577.273,57 €. A dívida corrente foi reduzida em € 106.773,35<sup>5</sup> em relação ao ano de 2011, o que reflete a diminuição de 2,9 pontos percentuais. No que se refere aos pagamentos em atraso, foi garantida a redução de 10% para 2012 de acordo com o exigido na Lei.

No montante da dívida corrente reflete-se a dívida de c/p em atraso e as contas por pagar dentro dos prazos de vencimento.

Recorde-se que a dívida corrente inclui a dívida à ADSE a qual foi incorporada em 2009 (daí parecer ter havido um aumento significativo naquele ano). Aquela estava em litígio e, apesar do acordo de pagamento em curso, mantemos a posição de que os débitos da ADSE não respeitam a legislação porque não enviam nem disponibilizam documentação que fundamenta os valores reclamados. Contudo, porque o OE prevê, sem mais, a retenção coerciva até 10% das transferências para as Autarquias, fizemos um acordo de pagamento.

O valor daquela dívida no ano de 2012 é de € 114.542,72 (menos € 301.798,73 euros em 2011).

Esses resultados estão evidenciados no baixo endividamento líquido atrás demonstrado.

#### **4.2.2. Endividamento de Médio e Longo Prazo**

Nos termos do n.º 2 art.º 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro na atual redação, o capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo (ver Mapa de Empréstimos) não pode exceder, em 31 de Dezembro, a soma das receitas do ano anterior em Impostos Diretos e Fundos Municipais transferidos no âmbito do Orçamento de Estado<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Dívida corrente = ∑ Fornecedores c/c, Fornecedores de imobilizado c/c, Estado e outros entes públicos (IVA+Seg Social+CGA+IRS+Prediais+ADSE+...) e Outros Credores (Inst s/ fins lucrativos, POCs, Sindicatos+...);

<sup>5</sup> O valor da dívida corrente de 2011 tomado por referência foi o valor inscrito no Balanço, que incluía os valores os valores de irs, segurança social / caixa geral de aposentações, iva e adse contabilizados em dezembro mas que apenas foram pagos em 2012;

<sup>6</sup> Artº nº 39º nº 2 da lei 2/2007 de 15/1 na atual redação. Cálculo do Endividamento de Médio e Longo Prazo, com base na receita de 2011 (FEF,Participação IRS, Derrama, IMT, IMI, IUC)x 100%;

De acordo com os cálculos efetuados pela Câmara, o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2012, de um **limite ao endividamento de médio e longo prazo na ordem de € 12.762.685,49** contra € **12.488.669,13** em 2011, isto é, mais 274.016,36 € euros.

O n.º 5 do mesmo artigo prevê a possibilidade de serem excecionados do limite de endividamento, os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários. O excecionamento é ainda tratado pelo OE/2012 mas, agora, não é automático exigindo o pronunciamento governamental. Contudo, sendo aquele valor anterior, considerámos que se mantém o excecionamento do montante de € 1.919.037,98 euros.

EMPRÉSTIMOS	2012
N/ excecionados	267.228,28
Excecionados	1.919.037,98
Total	2.186.266,26

Unidade: euros

A 31 de Dezembro de 2012, tendo em consideração os valores evidenciados pelos registos contabilísticos e abatendo aquele montante, o **endividamento líquido de médio e longo prazo ascende a € 267.228,28 euros** (contra € **323.516,06** em 2011).

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

#### **Endividamento de Médio e Longo Prazo em 2012**

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento M.L.Prazo	12.762.685,49
(2) Endividamento M.L. Prazo Usado	267.228,28
(3)=(1)-(2) Endividamento M.L.Prazo Disponível	12.495.457,21

Unidade: Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos do endividamento municipal.

#### **Endividamento de Médio e Longo Prazo em Percentagem em 2012**

Descrição	%
Nível de endividamento m.l. prazo atingido	2,14%
Nível de endividamento por utilizar	97,86%
Total	100,00 %

Mantivemos um baixo endividamento bancário e excelentes taxas de juro (ver Mapa dos Empréstimos), taxas estas que comprovam a credibilidade económico-financeira do Município.

Convirá sublinhar que consideramos que a capacidade técnica (dadas as características do nosso Município) de endividamento deve situar-se abaixo da capacidade legal para garantir o fundamental equilíbrio económico e financeiro. Mas, o destaque vai para a elevada margem de uso potencial do endividamento de médio e longo prazo o que nos permite assegurar, se os OEs e/ou outras medidas governamentais não o impedirem, alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

#### 4.2.3. Endividamento de Curto Prazo

De acordo com os cálculos efetuados, o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2011, de um limite ao endividamento de curto prazo na ordem de € 1.248.866,91 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e seis euros e noventa e um cêntimos). Em 2012 esse **limite ao endividamento de curto prazo<sup>7</sup>** foi de **€1.276.268,54 (um milhão duzentos e setenta e seis mil duzentos e sessenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos), isto é mais 27.401,63 € que no ano anterior.**

Não usámos empréstimos de curto prazo em 2012.

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

#### Endividamento de Curto Prazo em 2012

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento de Curto Prazo	<b>1.276.268,54</b>
(2) Endividamento de Curto Prazo Usado	0,00
(3)=(1)-(2) Endividamento Curto Prazo Disponível	<b>1.276.268,54</b>
(4) Amortização de Endividamento de Curto Prazo	0,00
(5)=(1)-(2)+(4) Endividamento Curto Prazo Dispon. a 31/12	<b>1.276.268,54</b>

Unidade: Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos deste endividamento municipal.

<sup>7</sup> Cálculo do Limite de Endividamento de Curto Prazo, 10% da receita 2011 (FEF, Participação IRS, Derrama, IMT, IMI, IUC)



### Endividamento de Curto Prazo em Percentagem em 2012

Descrição	%
Nível de endividamento curto prazo atingido	0 %
Nível de endividamento amortizado	0 %
Nível de endividamento por utilizar em 31/12	100,00 %

### 4.3. Execução Orçamental da Receita

O quadro "Resumo das Receitas e das Despesas" da Conta de Gerência mostra-nos a estrutura das receitas por grandes grupos de origem. Começamos por olhar os montantes globais das receitas comparados entre 2011 e 2012:

#### Evolução das Receitas Globais Realizadas em 2011 e 2012

Receitas Realizadas	2011	2012	Diferença Absoluta	Dif %
Receitas Correntes	12.170.745,37	12.440.830,21	270.084,84	2,22
Receitas de Capital	4.129.889,95	5.674.409,12	1.544.519,17	37,4
Total das Receitas	16.300.635,32	18.115.239,33	1.814.604,01	11,1

Unidade: Euro

O aumento de receitas verificada em 2012 (mais € 1.814.604,01 euros ou mais 11,1 pontos percentuais), reflete o aumento de receitas de capital, nomeadamente o aumento de 37,4% em relação ao ano de 2011 e que reflete as comparticipações do QREN referente a obras em curso financiadas.

Releva-se, contudo, que não é aqui incluída receita obtida em parcerias ou participações da Câmara noutras instituições. Exemplifica-se aquela afirmação com os projetos Évora Distrito Digital e Rede Comunitária do Distrito de Évora, ambos sob a coordenação da CIMAC.

Salienta-se, ainda, que o exercício de novas competências, transferidas (de forma avulsa e de duvidosa legalidade) sem que o Governo tenha assegurado a correspondente e legal transferência de verbas, não correspondeu qualquer acréscimo de receitas adicionais e identificadas conforme preceitua quer a Lei de Transferência de Competências quer a Lei das Finanças Locais. Igualmente, continua por cumprir, por parte do Governo, a compensação de isenções ou benefícios fiscais feitos à custa de receitas municipais.

O Quadro, apresentado à frente, mostra-nos, com base na estrutura das receitas corrente e de capital, os níveis absolutos e relativos de realização da receita face ao orçamentado.

#### Comparação entre Receitas Previstas e Receitas Realizadas

Receitas	Previstas	Realizadas	Diferença Abs.	Nível Real.
Correntes	<b>12.706.993,00</b>	<b>12.440.830,21</b>	<b>-266.162,79</b>	<b>97,91%</b>
01-Impostos Diretos	2.290.200,00	2.340.687,11	50.487,11	102,20%
02-Impostos Indiretos	90.850,00	62.141,32	-28.708,68	68,40%
04-Taxas, Mult., Out. Pen.	130.150,00	82.832,95	-47.317,05	63,64%
05-Rend.de Propriedade	1.504.900,00	783.716,73	-721.183,27	52,08%
06-Transf. Correntes	6.730.003,00	6.788.725,51	58.722,51	100,87%
07-Venda Bens e Serv.	1.652.190,00	1.838.463,76	186.273,76	111,27%
08-Out. Rec. Correntes	308.700,00	544.262,83	235.562,83	176,31%
Capital	<b>13.292.278,00</b>	<b>5.674.409,12</b>	<b>-7.617.868,88</b>	<b>42,69%</b>
09-Venda de Bens de Investimento	351.100,00	6.074,29	-345.025,71	1,73%
10-Transf. Capital	9.281.176,00	5.649.800,66	-3.631.375,34	60,87%
11-Activos Financeiros	5.000,00	1.792,38	-3.207,62	35,85%
12-Passivos Financeiros	250.100,00	0	-250.100,00	0,00%
13-Out. Rec. Capital	3.399.902,00	15867	-3.384.035,00	0,47%
15-Rep. Não Abat. Pag.	5.000,00	874,79	-4.125,21	17,50%
Total	25.999.271,00	18.115.239,33	-7.884.031,67	<b>69,68%</b>

Unidade: Euro

Deverá, em primeiro lugar, notar-se – que o diferencial geral **69,68%** pontos percentuais comparativamente a **68,81%** pontos percentuais em 2011, entre o total das Receitas Previstas e as Receitas Realizadas decorre, em boa parte, da realização em termos absolutos das receitas correntes, face ao ano anterior, notando-se um aumento das outras receitas correntes, nomeadamente a retenção dos subsídios de férias e de Natal em cumprimento do artº 21 do OE 2012

A arrecadação de **impostos**, a maioria dos quais é cobrado pelo Ministério das Finanças e transferido mediante pagamento para os cofres do Município, foi sensivelmente acima do previsto com mais € **50.487,11 euros**.

As **taxas, multas e outras penalidades** sofreram uma redução de € **47.317,05** face às receitas previstas.

Os **rendimentos de propriedade**, com uma arrecadação de verbas bastante aquém do orçamentado, refletiram quebra de investimento de famílias e instituições, uma das áreas que mais tem sentido a retração económica causada pela crise.

As **transferências correntes** quase igualaram o previsto (que considerou os cortes anunciados).

A **venda de bens e serviços**, ficou acima do valor previsto em Orçamento.

As **receitas de capital**, pelas principais razões atrás explicadas, ficaram substancialmente abaixo (57,31%) do orçamentado.

A **venda de bens de investimento** quase não obteve receita. De facto, e não obstante as dificuldades de tesouraria, os bens que voltámos a colocar no mercado (por exemplo, imóveis) não lograram obter propostas de aquisição refletindo a recessão económica e a situação do mercado imobiliário. Optámos, uma vez mais, por adiar algumas vendas para quando se verificar alguma reanimação do mercado ou alguma oportunidade de negócio. A situação económico-financeira tem permitido que se possa esperar para tentar obter melhores valores de venda.

A **transferência de capital** é a rubrica que regista os valores relativos a financiamentos do QREN, de outros fundos da UE e de programas nacionais. Refere-se aqui uma diminuição face às receitas previstas de **39,13%** pelo motivo de não terem sido considerados financiamentos inicialmente previstos

A rubrica **passivos financeiros** não teve movimento porque não usámos empréstimos de curto prazo.

As **outras receitas de capital** não realizaram nada pelas dificuldades de venda de bens de imobilizado já antes referidas.

Em 2012, não só a Lei das Finanças Locais mas, sobretudo, o OE/2012, A lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Memorando assinado com a *troika externa*, significaram mais um recuo na autonomia do Poder Local. Agravou-se a recentralização dos recursos no Poder Central, aumentou a carga fiscal indireta com relevo para o IVA, a mais injusta socialmente. A aplicação (só na parte dos cortes e restrições e não no das compensações) da Lei das Finanças Locais, do OE e do Memorando assinado com a *troika externa* está a refletir-se negativamente nos níveis de descentralização e, mais grave, está a diminuir significativamente o investimento público municipal. Assim, denunciámos e combatemos aquela Lei, o OE e o Memorando assinado com a *troika externa* pelas consequências negativas nas finanças do Poder Local e, sobretudo, no

arrefecimento dos investimentos para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida das populações.

#### 4.4. Execução Orçamental da Despesa

No quadro "Resumo das Receitas e das Despesas" da Conta de Gerência evidencia-se, quanto às despesas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais sintetizadas no Quadro abaixo.

##### Despesas Globais Realizadas

Despesas Realizadas	Valor
Despesas Correntes	12.368.080,14
Despesas de Capital	4.865.733,63
<b>Total de Despesas</b>	<b>17.233.813,77</b>

Unidade: Euro

Não se procede à comparação com o ano anterior porque, registando-se apenas os fluxos financeiros, a evolução da dívida – que já vimos atrás – é determinante para os valores do ano, não podendo ser feita uma comparação direta. Concretizando: neste caso, o nível das despesas correntes inclui, de facto, uma redução face a 2011, verificando-se em contrapartida o aumento nas despesas de capital face ao mesmo ano, por motivos de execução das empreitadas em curso.

##### Comparação entre Despesas Previstas e Despesas Realizadas

Despesas	Previstas	Realizadas	Diferença Abs.	Nível Real.
<b>Correntes</b>	<b>12.652.600,00</b>	<b>12.368.080,14</b>	<b>-284.519,86</b>	<b>97,75%</b>
01-Pessoal	6.302.150,00	6.493.353,80	191.203,80	103,03%
02-Aquis.Bens e Serv.	4.889.900,00	4.519.976,08	-369.923,92	92,43%
03-Encarg.Corr.Dívida	97.550,00	57.566,45	-39.983,55	59,01%
04-Transf.Correntes	1.010.100,00	1.017.567,40	7.467,40	100,74%
06-Out.Desp.Correntes	352.900,00	279.616,41	-73.283,59	79,23%
<b>Capital</b>	<b>13.346.671,00</b>	<b>4.865.733,63</b>	<b>-8.480.937,37</b>	<b>36,46%</b>
07-Aquis.Bens Capital	11.989.201,00	3.992.307,15	-7.996.893,85	33,30%
08-Transf.Capital	631.470,00	485.544,56	-145.925,44	76,89%
09-Activos Financeiros	90.000,00	0,00	-90.000,00	0,00%
10-Passivos Financeiros	635.000,00	387.881,92	-247.118,08	61,08%
11-Out.Desp.Capital	1.000,00		-1.000,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>25.999.271,00</b>	<b>17.233.813,77</b>	<b>-8.765.457,23</b>	<b>66,29%</b>

Unidade: Euro

O nível de realização das **despesas correntes** registou uma significativa diminuição.

As **despesas de pessoal** subiram ligeiramente, 3,03% em relação ao previsto. Este aumento tem, sobretudo, a ver com o exponencial aumento das despesas de saúde que nos são impostas, sem qualquer possibilidade de controlo, pelo Governo. No caso da ADSE, após prolongado conflito (decorrente de entendermos que a ADSE não cumpre as exigências legais de demonstração dos valores que debita à Câmara) e da ameaça de retenção de 10% das verbas das transferências do OE, estamos a cumprir o acordo de pagamento e que se reflete ao longo de todo o ano de 2012.

A **aquisição de bens e serviços** situou-se abaixo do orçamentado a que acresce outro aspeto positivo: a diminuição da dívida corrente aqui classificada.

Os **encargos correntes da dívida** ficaram 40,9 pontos percentuais abaixo do previsto e traduzem, por um lado, os custos da dívida de longo prazo e, por outro lado, o esforço da Câmara para reduzir os prazos de pagamento sobretudo a empreiteiros através de acordos de pagamento com obtenção de taxas de juro 2/3 abaixo do limite permitido pela lei. Desta forma, contribuímos para melhorar a tesouraria das empresas em tempo de crise.

As **transferências correntes** refletem, sobretudo, o nível de apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais diretos, nomeadamente o Programa Montemor Solidário. O esforço feito está patente, conforme compromisso, na manutenção dos apoios apesar dos pesados cortes na receita.

As **outras despesas correntes** diminuem 20,77 pontos percentuais face ao previsto, refletindo o esforço de contenção aplicado.

As **despesas de capital** refletem o que atrás se disse quanto às receitas de capital pelo que o diferencial tem igual justificação.

Sendo a **aquisição de bens de capital** a principal rubrica das despesas de capital, o diferencial financeiro tem igual justificação. Sublinha-se que, por um lado, a execução física é bastante superior à execução financeira.

As **transferências de capital** situaram-se abaixo do previsto porque esta foi uma das rubricas em que procurámos conter e mesmo reduzir verbas e também porque alguns dos valores projetados foram reprogramados pelos destinatários e serão pagos em 2013.

Os **passivos financeiros** ficaram abaixo do previsto quer pelo esforço de contenção financeira quer pela positiva evolução da situação económico da Câmara em 2012.

A rubrica **outras despesas de capital** não foi utilizada.

Finalmente, um destaque para uma opção política fundamental e enorme aposta que constitui a **descentralização para as freguesias**. Somos, em termos nacionais, um exemplo de descentralização a que as nossas Juntas têm respondido da melhor forma

com evidentes benefícios para as populações. Mantivemos a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização e os Protocolos de Cooperação.

### **ANÁLISE GENÉRICA**

No ano de 2012 verificou-se no Município de Montemor-o-Novo uma gestão orçamental cuidada, pelo que importa realçar que ao nível da execução orçamental foram atingidos os seguintes resultados:

- a) A receita corrente foi superior à despesa corrente;
- b) O saldo orçamental subiu significativamente;
- c) A execução orçamental corrente foi próxima dos 98% e a baixa da execução orçamental de capital correspondeu a uma redução dos encargos assumidos e não pagos, que conjuntamente com o crescimento do saldo evidencia um elevado grau de prudência e margem de segurança no cumprimento da LCPA.

### **4.4. Operações de Tesouraria**

Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria 586.395,88 € (quinhentos e oitenta e seis mil trezentos e noventa e cinco euros e oitenta e oito cêntimos), atingindo montantes absolutos e saldos médios elevados, foram geridos de modo a obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros.

### **4.5. Balanço**

Verificando-se consistência com os exercícios anteriores e em conformidade com os pontos 8.2 e 8.3 do POCAL o balanço e a demonstração de resultados ilustram a situação do ativo, passivo e dos resultados da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados.

Começamos pelas rubricas do **Ativo**.

No **Imobilizado**, regista-se em 2012 a continuidade do investimento, em consequência das empreitadas em curso. Durante o ano de 2012 o município procedeu à inventariação e registo de um conjunto de bens, que pretende, dar continuidade em 2013.

As **Existências** refletem o valor contabilístico não se tendo verificado a contagem e reconciliação física, prioridade definida para 2013.

Nas **Dívidas de Terceiros (Curto Prazo)**, verificou-se um aumento face a 2011, em consequência da crise e das dificuldades económicas da população, em fazer face aos compromissos para com o município.

Os **Depósitos em Instituições Financeiras e a Caixa** são controlados diariamente e correspondem aos valores efetivos existentes à data.

Passemos agora ao **Passivo**.

Os **Empréstimos de Longo Prazo** e os **Fornecedores de Locação Financeira** apresentam os valores reais. Aliás, a primeira rubrica é demonstrada através de um Anexo, o Mapa de Empréstimos. Comparativamente ao ano anterior, verificou-se em 2012 uma diminuição.

As **Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)** estão em decréscimo.

Os **Acréscimos e Diferimentos** resultam essencialmente dos valores das férias dos trabalhadores a suportar em 2013 mas vencidas em 2012. Refere-se ainda, no que respeita aos proveitos diferidos, as participações do QREN dos investimentos em curso.

Abordemos, finalmente, o terceiro grande agregado, os **Fundos Próprios**.

Os valores fundamentais deste agregado são os **Resultados Líquidos do Exercício** e os **Resultados Transitados** (de anos anteriores). Não lhes atribuímos particular significado (apesar de serem largamente positivos) pelas razões atrás invocadas. Evidentemente, que o facto de serem positivos é preferível a valores negativos.

#### **4.6. Demonstração de Resultados**

A **Demonstração de Resultados** é um documento de maior fiabilidade do que o Balanço pois reflete a relação entre os custos e perdas face aos proveitos e ganhos. No que se ao resultado líquido do exercício, esta variável demonstra essencialmente o seguinte fator: o subfinanciamento do poder local, pois o essencial dos seus proveitos operacionais resultam de impostos e transferências.

Quanto aos proveitos de receitas próprias estas incidem essencialmente sobre bens vitais (água), ou de equipamentos que geram direitos (piscinas) – ambos impossíveis de cobrir os seus custos pelos proveitos, ou ainda de equipamentos não geradores de receita (escolas, jardins, ...)

**Começemos pelas rubricas de Custos e Perdas.**

A rubrica **Custos das Mercadorias e Produtos Vendidos e Consumidos** (traduzida pela sigla CMVMC) reflete, por um lado a contenção de custos em relação aos bens em armazém.

A rubrica de **Fornecimentos e Serviços de Terceiros** contém um decréscimo em relação a 2011.

A rubrica **Despesas com o Pessoal** verifica-se a diminuição face a 2011 em consequência da redução de pessoal em cumprimento da lei, por via das aposentações e impossibilidade de novas contratações.

As **Transferências e Subsídios Concedidos** traduzem o apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais diretos. Este valor evidencia uma parte, apenas a componente financeira, do esforço da Câmara no apoio à dinâmica associativa e às questões sociais locais. A diferença, como atrás dissemos, resulta das transferências de capital.

Os **Outros Custos e Perdas Operacionais** têm um valor residual.

Os **Custos e Perdas Extraordinárias** incluem, sobretudo, regularizações e as transferências de capital por imposição do POCAL.

Abordemos, agora, as rubricas de **Proveitos e Ganhos**.

As **Vendas e Prestações de Serviços** incluem, sobretudo, os proveitos relativos ao abastecimento de água e ao tratamento dos RSUs que, como foi dito, não cobrem os custos respetivos por opção de política social da Câmara.

Os **Impostos e Taxas** são uma importante receita do Município.

Os **Proveitos Suplementares** não têm significado na estrutura de proveitos e ganhos.

As **Transferências e Subsídios Obtidos** refletem sobretudo as transferências legais determinadas pela atual Lei das Finanças Locais deduzidas dos valores determinados pelo OE, isto é, o quadro legal que traduz o direito à participação dos Municípios nos recursos do Estado e ainda os financiamentos obtidos de fundos comunitários e nacionais.

Os **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** recebem os valores que não são incluídos nas rubricas atrás descritas.

Os **Proveitos e Ganhos Financeiros** refletem a maior atenção que temos vindo a dar à rentabilização de verbas diversas de que dispomos ao longo do Exercício.

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem.



## 4.7. Resultados e Proposta de Aplicação dos Resultados

Os **Resultados Líquidos do Exercício em 2012** são **positivos** no valor de **€ 1.869.507,17** (um milhão oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sete euros e dezassete cêntimos).

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do POCAL, **propomos a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2012:**

- **5% para Reserva Legal** no montante de **€ 93.475,36 euros** (noventa e três mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos);
- O montante de **€ 779.416,52** (setecentos e setenta e nove mil quatrocentos e dezasseis euros e cinquenta e dois cêntimos ) para **Reforço do Património** sendo que somado ao saldo da conta de Património se obterá o correspondente a 20% (€ 7.696.328,22 euros) do Ativo Líquido;
- **5% para Reservas Livres**, com o objetivo de reforçar a **Reserva de Garantia Social dos Trabalhadores do Município**, no montante de **€ 93.475,36 euros** (noventa e três mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos);
- **Que o restante transite em conta.**

## 5. CONCLUSÃO

---

Esta **Prestação de Contas** e este **Relatório de Gestão** sintetizam a intensa dinâmica e atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de **2012**, terceiro ano civil do mandato 2009-2013.

A atividade municipal em 2012 foi profundamente condicionada pelo forte impacto negativo das políticas governamentais de austeridade, com particular destaque para o OE/2012 e a continuação da aplicação do Memorando assinado com a *troika* (*FMI, BCE, UE*) e ainda pelo significativo aprofundamento da crise com destaque para o agravamento da recessão económica em que Portugal foi mergulhado.

A **Prestação de Contas** e o **Relatório de Gestão de 2012** mostram que, apesar das restrições impostas e das condicionantes, estão em execução alguns dos principais projetos estruturantes para a qualidade de vida e o desenvolvimento do Concelho que dependem da vontade do Município.

A **Prestação de Contas** e o **Relatório de Gestão de 2012** apostou numa estratégia de desenvolvimento local integrada, sustentada e, ainda que dirigida a toda a população do nosso Concelho, assumidamente solidária com as cidadãs e os cidadãos de menores recursos e socialmente mais fragilizados.

A **Prestação de Contas** e o **Relatório de Gestão de 2012** demonstram que, apesar das dificuldades económicas e sociais que se agravaram no País e no Concelho, a Câmara Municipal defendeu os interesses coletivos das populações do Concelho, procurou minimizar a degradação das condições de vida material originada nas políticas neoliberais, pugnou pela promoção e o prestígio do Município e do Concelho, deu um contributo determinante para o desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida no nosso Concelho.

Paços do Concelho de Montemor-o-Novo, Abril de 2013

A Presidente da Câmara Municipal,

## SIGLAS

- ADSE ..... Sistema de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administr. Pública
- ADRAL ..... Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
- AMAMB ..... Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente
- AMDE ..... Associação de Municípios do Distrito de Évora
- ANMP ..... Associação Nacional de Municípios Portugueses
- ARH ..... Administração de Região Hídrica
- ARS ..... Administração Regional de Saúde
- ARTA ..... Associação das Regiões de Turismo do Alentejo
- BRIC ..... Brasil, Rússia, Índia e China
- CCDRA ..... Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- CDS/PP ..... Centro Democrático Social / Partido Popular
- CDU ..... Coligação Democrática Unitária
- CGA ..... Caixa Geral de Aposentações
- CIMAC ..... Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
- EAPPI ..... Execução Anual do Plano Plurianual de Investimento
- EDD ..... Évora Distrito Digital
- EIM ..... Empresa Intermunicipal
- EM ..... Estrada Municipal
- ERT ..... Entidade Regional de Turismo
- ETA ..... Estação de Tratamento de Água
- ETAR ..... Estação de Tratamento de Águas Residuais
- EUROSTAT ... Organismo Europeu de Estatística (UE)
- FAME ..... Fundo de Apoio às Micro Empresas
- IMI ..... Imposto Municipal sobre Imóveis
- IMT ..... Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
- IPSS ..... Instituição Particular de Solidariedade Social
- IRAR ..... Instituto Regulador de Águas e Resíduos
- IVA ..... Imposto Sobre o Valor Acrescentado

- LCPA ..... Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
- OE ..... Orçamento de Estado
- PAC ..... Política Agrícola Comum (UE)
- PCP ..... Partido Comunista Português
- PDM ..... Plano Diretor Municipal
- PEC ..... Programa de Estabilidade e Crescimento
- PEV ..... Partido Ecologista “Os Verdes”
- PIDDAC ..... Plano de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central
- POCAL ..... Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
- PORA ..... Programa Operacional Regional do Alentejo
- PPI ..... Plano Plurianual de Investimento
- PS ..... Partido Socialista
- PSD ..... Partido Social Democrata
- QCA ..... Quadro Comunitário de Apoio
- QREN ..... Quadro de Referência Estratégico Nacional
- RA ..... Relatório de Actividades
- RCDs ..... Resíduos de Construção e Demolição
- RTE ..... Região de Turismo de Évora
- RSUs ..... Resíduos Sólidos Urbanos
- SAP ..... Serviço de Atendimento Permanente
- SUB ..... Serviço de Urgência Básico
- UE ..... União Europeia



## ÍNDICE

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Situação Económica e Social no Concelho</b>	<b>6</b>
2.1. CRISE GERAL E POLÍTICAS NACIONAIS	6
2.2. PRINCIPAIS PROBLEMAS E CONSEQUÊNCIAS	7
<b>3. Gestão Municipal em 2012</b>	<b>9</b>
3.1. OPÇÕES PROGRAMÁTICAS DO MANDATO 2009/ 2013	9
3.2. EXECUTIVO MUNICIPAL E PELOUROS	10
3.3. ATIVIDADE MUNICIPAL EM 2012	10
3.3.01. PROMOVER A DEMOCRACIA PARTICIPADA	11
3.3.02. INOVAR MONTEMOR	15
3.3.03. FOMENTAR A ECONOMIA E O EMPREGO	18
3.3.05. QUALIFICAR O TERRITÓRIO	20
3.3.06. PRESERVAR E VALORIZAR O AMBIENTE	24
3.3.07. PROMOVER A CULTURA, O DESPORTO E O ASSOCIATIVISMO	29
3.3.08. APOIAR A JUVENTUDE	33
3.3.09. QUALIFICAR O ENSINO, PROMOVER A EDUCAÇÃO	34
3.3.10. PROMOVER A JUSTIÇA SOCIAL E A SAÚDE PÚBLICA	36
3.3.11. ASSEGURAR PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA	38
3.3.12. OUTROS INVESTIMENTOS E/OU SERVIÇOS	39
<b>4. Conta de Gestão de 2012</b>	<b>41</b>
4.1. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA CÂMARA	41
4.2. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	42
4.2.1. ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	42
4.2.2. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	44
4.2.3. ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	46
4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	47
4.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	50
4.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA	52
4.5. BALANÇO	52
4.6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	53
4.7. RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	55
<b>5. Conclusão</b>	<b>55</b>
<b>Siglas</b>	<b>57</b>
<b>Índice</b>	<b>60</b>